

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MAYARA AKEMI TAKEMORI BARBOSA

**IDENTIDADE E DIFERENÇA: UM ESTUDO SOBRE O USO DA ESTÉTICA COMO  
FERRAMENTA DE PODER ESTATAL**

UBERLÂNDIA

2019

MAYARA AKEMI TAKEMORI BARBOSA

**IDENTIDADE E DIFERENÇA: UM ESTUDO SOBRE O USO DA ESTÉTICA COMO  
FERRAMENTA DE PODER ESTATAL**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação da Prof. Lara Martim Rodrigues Selis.

UBERLÂNDIA

2019

MAYARA AKEMI TAKEMORI BARBOSA

**IDENTIDADE E DIFERENÇA: UM ESTUDO SOBRE O USO DA ESTÉTICA COMO  
FERRAMENTA DE PODER ESTATAL**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e  
Relações Internacionais da Universidade Federal  
de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do  
título de Bacharel em Relações Internacionais, sob  
orientação da Prof. Lara Martim Rodrigues Selis.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof<sup>a</sup>. Lara Martim Rodrigues Selis

Orientadora

Instituto de Economia e Relações Internacionais - UFU

---

Prof. Edson José Neves Júnior

Instituto de Economia e Relações Internacionais - UFU

---

Prof<sup>a</sup>. Débora Figueiredo Mendonça do Prado

Instituto de Economia e Relações Internacionais - UFU

Uberlândia, 05 de novembro de 2019.

Dedico este trabalho aos meus pais e à minha  
irmã.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço inicialmente aos meus pais, que fizeram meus anos na universidade possíveis e não mediram esforços para que eu pudesse ter uma experiência memorável durante esses anos. Sou extremamente grata por todo o apoio e assistência que tive em todos os momentos durante minha graduação, e com o fim dela, espero tê-los deixados minimamente orgulhosos.

Sou infinitamente grata à minha irmã, Melissa, que esteve presente em todos os desafios pelos quais passei, além de ter sido a pessoa que me ajudou a ver todas as coisas de uma forma mais leve. Sua companhia foi muitíssimo importante, não somente durante estes quatro anos, mas nos últimos 19 anos como um todo.

Gostaria de agradecer aos professores e professoras da UFU por me proporcionarem conhecimentos não só acadêmicos, mas de vida, que irei levar e guardar ao longo dos anos.

Agradeço à algumas pessoas especiais que me ajudaram, direta ou indiretamente, com mensagens de apoio ou somente pela presença, e que me concederam suporte inquestionável independentemente da situação: Ana Paula, Julia, Clara, Laís, Murilo e demais amigos com que pude contar.

À Isadora, por estar do meu lado desde o primeiro dia de aula na universidade, por confiar em mim e me mostrar o verdadeiro significado de amizade, admiração e respeito.

Ao Lucas, por acreditar em mim quando eu não consegui, por me dar apoio e toda a motivação e incentivos necessários. Agradeço todo o seu esforço, tempo e presença que foram dedicados a mim.

*“Deixemos que as imagens atrozes nos persigam. Mesmo que sejam apenas símbolos e não possam, de forma alguma, abarcar a maior parte da realidade a que se referem, elas ainda exercem uma função essencial. As imagens dizem: é isto o que seres humanos são capazes de fazer - e ainda por cima voluntariamente, com entusiasmo, fazendo-se passar por virtuosos. Não esqueçam.”*

*Susan Sontag*

## RESUMO

O presente estudo busca elucidar formas alternativas de poder que os Estados nacionais se utilizam para criar suas políticas e linhas de ação. Nesse sentido, mobilizo a abordagem estética nas Relações Internacionais, na medida em que suas abordagens propõem vários elementos analíticos que desafiam as formas mais convencionais de poder, com destaque para aqueles que nos permitem avaliar o modo como o Estado constrói e sustenta a produção de identidades. Com isso, argumento que a estética, enquanto ferramenta de poder, possibilita a construção de representações sociais, que delimitam o caráter nacional e criam uma alteridade em relação ao estrangeiro. A partir disso, faz-se também o uso da Teoria Construtivista para evidenciar o papel da identidade e das características, idéias e normas que são criadas de forma social, além de estabelecer uma relação entre a identidade nacional e os interesses dos Estados. Diante disso, de forma específica, pretende-se analisar como os Estados se utilizam de práticas de poder produzidas pela estética para criar uma alteridade sobre a situação específica dos refugiados, em que eles em sua maioria, são vistos como uma ameaça nacional. Os Estados, a partir das representações, criam um sentimento negativo em relação aos refugiados que pode servir para sustentar suas políticas de exclusão e diferenciação. Para isso, utilizo de imagens e discursos que foram veiculados na mídia que demonstram a situação dos refugiados perante a alteridade criada pelos governos. Busco realizar uma análise de imagens específicas para exemplificar como elas podem ser fonte de influência no cenário político internacional.

**Palavras-chave:** Abordagem estética; Teoria Construtivista, identidade, refugiados.

## **ABSTRACT**

The present study seeks to elucidate alternative forms of power that national states use to create their policies and lines of action. In this sense, I mobilize the aesthetic approach in International Relations, insofar as their approaches propose various analytical elements that challenge the conventional ways of power, especially those that allow us to evaluate the way the state builds and sustains the production of identities. Thereby, I argue that the aesthetic, as a power tool, allows the construction of social representations, that delimits the national character and make an alterity towards the foreign people. From that, Constructivist Theory is also used because it proves itself relevant in highlighting the role of identity and the characteristics, ideas and norms that are socially created, in addition to establishing a relationship between national identity and state interests. Given this, specifically, it is intended to analyze how states use aesthetic power practices to create an alterity on the specific case of refugees, in which they are mostly seen as a national threat. States, starting from representations, create a negative sentiment towards refugees that can serve to underpin their policies of exclusion and differentiation. For this, I use images and discourses that were broadcast in the media that demonstrate the situation of refugees before the alterity created by the governments. I seek to analyze specific images to illustrate how they can be a source of influence on the international political scene.

**Keywords:** Aesthetic approach; Constructivist Theory, identity, refugees.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Criança nos braços de um homem em um acampamento de refugiados na fronteira da Grécia e Macedônia .....	45
Figura 2 - Refugiados imploram a policial da Macedônia que os deixem atravessar a fronteira da Grécia durante uma tempestade .....	45
Figura 3 - Militar na fronteira da Hungria .....	46
Figura 4 - Refugiados diante de muro na fronteira entre Sérvia e Hungria, no limite entre as cidades de Horgos e Roszke .....	46
Figura 5 – Homem salta de embarcação lotada para a praia na ilha de Lesbos, na Grécia.....	47
Figura 6 – Menino Aylan Kurdi, morto em uma praia da Turquia .....	49
Figura 7 – Foto de Omran Daqneesh, o menino sírio sentado em uma ambulância após ser resgatado de um edifício destruído.....	51
Figura 8 – Corpos de pai e filha nas margens do Rio Grande.....	51
Figura 9 – Menina chorando enquanto sua mãe é detida na fronteira do México com os Estados Unidos. ....	52
Figura 10 - Capa da revista <i>National Geographic</i> .....	55

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO 1 - DEBATE SOBRE ESTÉTICA E SEU USO NA POLÍTICA</b> .....	14
<b>Estética nas Relações Internacionais</b> .....	14
<b>O processo de construção social da identidade</b> .....	21
<b>A criação de identidades usando objetos de estudo da estética</b> .....	24
<b>CAPÍTULO 2 - AÇÕES E ESTRATÉGIAS DOS ESTADOS</b> .....	28
<b>O conceito e abordagens de poder nas Relações Internacionais</b> .....	28
<b>Estratégias e ações de alteridade praticadas pelos Estados nacionais</b> .....	33
<b>CAPÍTULO 3 - PROCESSO DE CRIAÇÃO DE IDENTIDADES DOS REFUGIADOS</b> .....	39
<b>A construção das identidades dos refugiados</b> .....	39
<b>Como a representação dos refugiados por meios estéticos geram sentimento na sociedade</b> .....	43
<b>CONCLUSÃO</b> .....	57
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	59

## INTRODUÇÃO

Os Estados nacionais possuem diversas formas de poder político, demonstrados por meio de um conjunto plural de estratégias. O poder estatal de cada nação é o que possibilita sua inserção em temas e acontecimentos mundiais, pois demonstra a influência, o domínio e a soberania do Estado. Nesse sentido, os discursos políticos criados pelos Estados são relevantes na medida em que, por meio deles ideias e comportamentos são criados e estabelecidos, além de exteriorizarem suas concepções e demonstrarem as ideologias nacionais existentes.

A grande influência das mídias e da política cultural atualmente levou a adoção de novas estratégias de poder estatal. Observando de uma perspectiva estética, as imagens, os discursos e as representações possuem um valor significativo nas novas abordagens de Relações Internacionais, pois a partir delas eventos políticos são criados e analisados de uma forma menos convencional. Se baseando na estratégia de mobilização de imagens, os Estados são capazes de criar uma identidade própria ao mesmo tempo em que criam a noção de alteridade, ou seja, de diferenciação daquele que não é pertencente ao território nacional. As identidades podem variar ao longo do tempo e de acordo com interesses políticos, econômicos e sociais de cada Estado e representam as bases de atuação que será seguido por cada um.

Uma estratégia política que pode ser observada em termos mais recentes, relacionada com a construção de identidades e o problema da alteridade, seria a formulação de políticas voltadas aos refugiados. O problema dos refugiados tem apresentado várias formas de abordagens políticas, passando por Estados que os recebem de forma mais otimista ou por Estados que criam uma imagem negativa acerca da entrada de refugiados no território nacional. O que se percebe, é que os Estados criam um determinado discurso político baseado em seus interesses e ideologias, fazendo com que práticas de diferenciação e exclusão sejam geralmente realizadas e justificadas por tais premissas.

Nos últimos anos, a questão dos refugiados se tornou um tema de intenso debate por desafiar diversos fatores da organização internacional e dos próprios Estados. O número crescente de pessoas se deslocando dos países de origem e solicitando refúgio traduz a importância da análise do tema. Em contrapartida, verifica-se um número cada vez maior de Estados que estabelecem suas políticas nacionais de contenção à entrada desses corpos refugiados, justificadas por anseios

econômicos e agendas de segurança. Nesse contexto, os atores estatais recorrem à criação de narrativas negativas sobre os refugiados para dar respaldo a essas políticas de diferenciação e exclusão, apontando os refugiados como uma ameaça ao nacional.

Tendo em vista a questão apresentada sobre o uso de imagens e discursos como criação de uma ação política, o objetivo central desse trabalho é discutir como os Estados, além das formas de poder mais convencionais, mobilizam a imagem como forma de poder para a criação de uma alteridade específica em relação aos refugiados. Afinal, como os Estados fazem uso dessa estratégia de criação de identidades? Como enunciado, tal estudo é possível se analisarmos as práticas de poder produzidas pela estética. É relevante ainda compreender como tal abordagem traz à tona a influência das emoções em um determinado contexto ou situação política, o que pode influenciar de forma considerável na sociedade e, como consequência, pode legitimar práticas políticas.

Em termos teóricos, esse estudo constrói seu argumento a partir da combinação das propostas trazidas pela teoria estética e pela abordagem construtivista. A estética consegue desafiar os meios de análise mais convencionais utilizados nas Relações Internacionais, pois se utiliza de modos alternativos para entender e explicar os acontecimentos políticos e sociais. Segundo Roland Bleiker em sua obra *Aesthetics and World Politics* (2009, p.2) “a estética é a habilidade de dar um passo atrás, refletir e ver conflitos políticos e dilemas de novas formas; tem a ver com a habilidade de desafiar como nós pensamos e representamos o político”. Dentro da estética, as imagens possuem um papel fundamental na cultural visual, pois elas permitem a construção de informações sobre pessoas e territórios, levando a formação de algumas dicotomias. Em virtude da explicação, pode-se dizer que a virada estética permite a identificação de como as práticas de poder são criadas, rompendo-se com as crenças sobre um determinado conhecimento hegemonicamente aceito nos termos positivistas.

Já em relação à abordagem construtivista, é de grande importância a análise das construções sociais, e ela se mostra importante para o entendimento da criação de identidades. De acordo com Wendt (1992), as identidades são arranjos de significado que um ator atribui a si mesmo, ao mesmo tempo em que leva em conta a perspectiva do “outro”, por meio de um processo de socialização. Se considerarmos o ator como sendo os Estados nacionais, a sua identidade pode

variar de acordo com o contexto histórico, cultural, político e social. Os Estados, por terem legitimidade e reconhecimento internacional, possuem o poder de organizar e manter a coesão do seu território nacional, de forma a criar sua própria identidade e diferenciá-lo do estrangeiro. Portanto, a questão da formulação de identidade e alteridade a partir de elementos estéticos serão relacionados para se analisar a formulação da construção da identidade do refugiado.

Tendo em vista que a abordagem estética é relativamente recente nas Relações Internacionais, o tema do presente trabalho foi escolhido com o propósito de buscar demonstrar e aprofundar a influência de tal debate nas ações políticas dos governos. A contribuição dos estudos decorrentes da virada estética traz à tona novos modos de análise e de interpretação de eventos e práticas, dando enfoque nas perspectivas e atores considerados excluídos ou menos relevantes. Desse modo, o intuito do trabalho visa complementar as linhas de pensamento sobre as ações utilizadas pelos governos, indo além das análises mais clássicas. A manifestação dessa abordagem possibilita um desafio aos modos de pensamentos e interpretações, o que pode ser relevante para os estudos políticos internacionais, principalmente em um contexto tão complexo e globalizado, em que se faz necessário a existência de diversos pontos de vista para entender e explicar certos acontecimentos.

Dessa forma, o trabalho se divide em três seções. A primeira busca fazer uma breve análise teórica sobre a abordagem estética e seu uso na política e nas Relações Internacionais de uma maneira geral, de forma a apresentar brevemente sua trajetória no campo de estudo, suas contribuições e diversas formas de manifestações; além de demonstrar como a estética pode ser usada para a criação de identidades. Nessa primeira etapa, o trabalho de Roland Bleiker (*Aesthetics and World Politics*) será central para a apresentação e conceituação da Virada Estética.

A segunda seção apresenta uma revisão teórica sobre o conceito de poder para expressar as formas de ações e estratégias dos Estados nacionais, fazendo uma relação com as posições políticas de alteridade. Nesta parte, os trabalhos de Butler e Spivak e Campbell serão fundamentais para a explanação da relação de poder estatal e identidade.

Por fim, a terceira seção conecta a abordagem estética com as políticas de alteridade para explicar o processo de criação de identidade dos refugiados, e como sua representação pode suscitar sentimento na sociedade de forma a legitimar

ações dos Estados. A situação específica dos refugiados será analisada principalmente por meio de imagens que retratam a fragilidade em que tais corpos vivem, e que exemplificam a sua situação de não pertencimento a um território. Como exemplo de um dos casos a ser estudado, apresento a imagem do menino sírio Aylan Kurdi, que teve repercussão mundial por chocar e demonstrar a tragédia que os refugiados estão submetidos. A pesquisa sobre as imagens será feita observando seu impacto na sociedade, tanto em âmbito doméstico quando no internacional, e as manifestações como forma de resposta ao que foi divulgado, contando principalmente com notícias que demonstram os efeitos gerados.

## PARTE 1 - DEBATE SOBRE ESTÉTICA E SEU USO NA POLÍTICA

### 1.1- Estética nas Relações Internacionais

Em um mundo marcado por questões internacionais relacionados à guerra, pobreza, terrorismo e outros conflitos, questiona-se a validade e o uso da estética para o entendimento da política no cenário global. Porém, uma das maiores contribuições da estética para o estudo de eventos políticos internacionais é justamente o fato dela se basear em abordagens e perspectivas fora do *mainstream* acadêmico, buscando soluções e entendimentos de formas variadas e não comumente empregadas pelos teóricos. Para isso, é necessário que as práticas da abordagem estética sejam cada vez mais legitimadas e utilizadas para se analisar e estudar a política mundial (BLEIKER, 2009).

As abordagens pós-positivistas, que começaram a se solidificar no meio acadêmico das Relações Internacionais a partir da metade dos anos 80, foram as pioneiras em trazer a questão da representação para o campo de estudo, algo que ficou conhecido posteriormente como o Terceiro Debate. O mesmo foi importante para trazer à tona a questão de como a representação contribui para a análise e estudo de acontecimentos políticos. Dentro das abordagens pós-positivistas estão os pós-modernos, que consideram de grande importância a capacidade de representação por meio de práticas discursivas. Além disso, há uma grande evidência no papel da identidade e nas características que definem os indivíduos como pertencentes a um certo grupo, algo que é fortemente destacado pela Teoria Construtivista (NOGUEIRA E MESSARI, 2005).

O grande enfoque da Teoria Construtivista está no argumento de que o sistema internacional é uma criação humana, um conjunto de ideias e normas, que pode ser alterado de acordo com mudanças subjetivas dos atores. De acordo com Jackson e Sorensen (2003, p.341) “para a abordagem construtivista de RI as relações humanas (...) consistem essencialmente de pensamentos e ideias e não de forças ou condições materiais”. Para o Construtivismo, o mundo social não é uma realidade dada, mas é construído pelas pessoas e suas crenças, opiniões, ideias e entendimentos.

A partir de ideias e concepções comuns de um conjunto de pessoas, se tem a noção de grupo, pertencimento e de nacionalidade; apoiado nisso, é possível

elaborar e constituir uma noção de Estado nacional e de diferenciação com outro grupo de pessoas. Com isso, as crenças em comum que certo grupo de pessoas possuem, são parte da formação da sua identidade, pois expressam interesses e noções compartilhadas (JACKSON E SORENSEN, 2003).

Roland Bleiker possui várias contribuições no campo da estética relacionado com a política mundial, sendo que uma de suas colaborações mais importantes se encontra justamente nos modos de representação. Para o autor, é impossível representar o mundo de uma forma neutra, e, por conseguinte, toda representação é um ato de poder. Ele alega que o próprio conhecimento e entendimento sobre o mundo ou sobre acontecimentos históricos e políticos depende diretamente da forma como se conduz a sua representação.

Para apresentar o conceito de estética, Bleiker (2009) apresenta a definição de mimética, fazendo assim uma contraposição entre os dois conceitos. A mimética busca representar o mundo político da forma mais realista e verdadeira possível; enquanto a estética, por sua vez, entende que existe uma lacuna entre a forma de representação e o representado. Isto posto, o autor coloca a ideia de que sempre há uma diferença entre o representado e a forma de representação. Os autores Jesus e Tellez (2014) afirmam que as abordagens mais tradicionais nas Relações Internacionais foram desenvolvidas com base em uma representação mimética, ou seja, de uma forma em que o significante e o significado são iguais, uma réplica um do outro. Dessa forma, cria-se um senso comum em que se coloca tal abordagem quase como uma verdade absoluta.

Apesar de ainda haver uma grande ligação dos pesquisadores da área com a forma mimética, a questão da representação em si da política está sendo cada vez mais discutida e abordada de diversas formas, o que levou a caracterização de uma Virada Estética relacionada com a abrangência da produção de conhecimento sobre a política mundial. Bleiker (2009, p.19-20) afirma que a Virada Estética produziu uma mudança de um modelo de pensamento que iguala o conhecimento com o reconhecimento mimético das aparências externas, para uma abordagem mais direta e diversa em termos políticos.

Bleiker ainda declara que (2001, p.515) “a representação é um ato de poder. Esse poder está no seu auge se uma forma de representação é capaz de disfarçar suas origens e valores subjetivos”. Isso pode ser comprovado se observarmos a Teoria Realista, que conseguiu dominar as interpretações de certos acontecimentos



e transformá-las em uma representação amplamente aceita nos estudos das Relações Internacionais. Pode-se dizer que a Teoria Realista conseguiu criar explicações universais amplamente aceitas que capturam a essência da política internacional. As representações criadas pelo realismo, dessa forma, se tornaram tão comuns e estão tão fortemente enraizadas, que não são vistas mais como representações ou metáforas, mas sim como algo certo, que possui credibilidade (BLEIKER, 2001).

De acordo com Bleiker:

A realidade política não existe a priori, ela se forma somente por meio do processo de representação. Um evento político, por exemplo, não pode determinar em qual perspectiva e contexto é visto. Nosso esforço para entender tal evento nunca pode ser reduzido somente ao evento em si. É por isso que a representação “sempre levanta a questão de qual conjunto verdadeiro de afirmações nós podemos preferir em relação à outro conjunto verdadeiro de informações”. É um processo pelo qual nós organizamos nosso entendimento de realidade (2001, p.512, tradução nossa).

A Virada Estética trouxe como forma de colaboração nas maneiras de estudo sobre a política mundial elementos como as imagens/artes visuais, a literatura, música e cinema. O aumento dos meios de abordagem e de análise por meio da estética, fez com que ocorresse um processo de ampliação do entendimento sobre a política mundial além das formas estreitas e convencionais da área (BLEIKER, 2001). Desse modo, a Virada Estética reorienta o pensamento e o estudo da política mundial, de maneira a distanciar entendimentos precedentes da forma mimética, buscando opções diversas e originais de compreensão da política; possibilitando, assim, a produção de conhecimento por outros meios e dando novas contribuições para a área.

Bleiker reitera que:

Ao legitimar imagens, narrativas e sons como fontes importantes para a compreensão da política mundial, as abordagens estéticas afastaram os estudos de uma dependência exclusiva e muitas vezes muito restrita de documentos diplomáticos, dados estatísticos, discursos políticos, tratados acadêmicos e outras fontes tradicionais de conhecimento sobre o mundo internacional (2001, p.526, tradução nossa).

Desta maneira, a estética se mostra relevante por buscar novas formas de análise e interpretação para acontecimentos políticos e sociais que ocorrem no mundo, utilizando-se de abordagens consideradas incomuns (como a fotografia, o cinema, a poesia) e levando em consideração os modos de representação utilizados no método de análise. A estética leva em conta todas as abordagens que consideram o papel da percepção humana, interpretação e representação. Segundo

Jesus e Tellez (2014, p.59) “a chegada da estética nos estudos de Relações Internacionais promove mudanças na sensibilidade por meio de abstrações e de figurações e desafia a construção do „senso comum””.

Além disso, a estética possibilita um aprofundamento no uso da sensibilidade e das emoções para a interpretação de eventos, viabilizando o foco em perspectivas e atores que são marginalizados nos campos políticos e sociais. Bleiker (2009) coloca que a estética seria uma ação de dar um passo atrás, refletir e ver os conflitos políticos de uma nova forma. Apesar do crescimento do uso da abordagem estética e do seu reconhecimento pelos acadêmicos, seu emprego ainda se encontra limitado. Isso se deve em grande parte pelo fato de as abordagens predominantes usadas para entender conflitos e a política mundial considerarem a estética e as expressões artísticas em geral praticamente irrelevantes. Um exemplo disso, é a predominância da Teoria Realista no campo das Relações Internacionais, algo que foi viabilizado pela facilidade do entendimento da teoria e pela grande familiaridade que possuímos com essa vertente (fazendo com que ela seja considerada mais verdadeira e tenha mais credibilidade). De acordo com Bleiker (2009, p.5), o problema decorrente dessa situação é que o realismo se tornou senso comum e facilmente aceitável.

Bleiker afirma que:

As teorias realistas da (anti) representação existem há tanto tempo que as metáforas pelas quais legitimam sua visão política do mundo (desde a supremacia do 'interesse nacional' até os preceitos da realpolitik) não aparecem mais como metáforas. Elas se tornaram comumente aceitas como respostas realistas baseadas em representações do mundo como ele „realmente” é (2009, p.24, tradução nossa).

O uso da estética na política está relacionado com capacidade de nos fazer perceber uma realidade alternativa daquela em que estamos acostumados, abrangendo, assim, as diversas maneiras existentes para se entender e interpretar os eventos políticos internacionais. Ademais, o entendimento político por meio da estética se torna amplo e extenso, pois adiciona uma dimensão relacionada às emoções, fazendo com que ocorra debates e reflexões sobre temas que se tornaram comuns ou foram negligenciados. Portanto, a estética possibilita repensar certos preceitos e desafia a tendência de reduzir o político a fatos apreendidos por um sujeito tomado exclusivamente como racional, de modo a considerar determinadas questões que extrapolam a lógica cartesiana bem como problematiza dados antes normalizados com o passar do tempo.

Como tratado anteriormente, a estética se pronuncia por meio de várias formas que são consideradas fora do padrão habitual de abordagem das Relações Internacionais. A fotografia, a música, a arte visual em geral e os filmes e a literatura são considerados pertencentes da cultura popular por terem se difundido amplamente entre a sociedade. A análise de elementos da cultura popular nos permite contestar elementos considerados dados, e amplia as conexões entre a política e a cultura (AHALL, 2008).

A parte visual da estética é um dos principais campos de investigação e estudo para as Relações Internacionais. W.J.T. Mitchell e David Campbell são dois autores que seguem essa linha de estudo e argumentam que o visual é importante por ser a forma mais autêntica e confiável de se ver o mundo, além de ser a maneira pela qual os eventos políticos impactam em todos os lugares devido ao fato de possuir uma dimensão de alcance maior. Ou seja, as representações por meio de filmes e pela fotografia são as que possuem um grande impacto na sociedade por serem altamente difundidas culturalmente, e com isso, conseguem moldar e influenciar o modo como vemos certos acontecimentos (como a guerra, por exemplo).

As imagens são significativas para a geopolítica, pois elas são a forma principal de trazer e transmitir notícias e informações sobre lugares distantes. Gregory (1995) e Said (1979) alegam que “(...) desde que exploradores passaram a utilizar câmeras fotográficas em suas viagens, suas fotografias eram grande parte da informação sobre as pessoas e lugares que eles encontravam” (apud CAMPBELL, 2007, p.358); fazendo assim com que a imagem fosse a maior fonte de informações. Como resultado, tais imagens contribuíram para o desenvolvimento de algumas dicotomias como ocidental/oriental, civilizados/bárbaros e desenvolvido/subdesenvolvido, pois elas elucidaram a diferença existente entre pessoas e sociedades e serviram para determinar características de distinção.

A divulgação de fotos e imagens sobre acontecimentos políticos, por alcançarem um grande público, levam a um debate social e a uma discussão pública muito mais abrangente. Isso faz com que seja mais provável de ocorrer uma resposta da sociedade frente a tais acontecimentos, e nos mostra de forma mais clara (e mais impactante) a realidade dos acontecimentos. A capacidade das imagens e das mídias visuais de impactarem a sociedade depende dos significados

culturais relacionados à política e ao meio social que um grupo está relacionado (AHALL, 2008).

Além da representação e da questão visual, a estética invoca as emoções fazendo com que as interpretações e análises não sejam somente voltadas para os métodos racionais. Ahall (2008b, p.32 apud BLEIKER E HUTCHISON, 2008) afirma que a abordagem estética pode ser utilizada para estudar as emoções pois a representação é o processo pelo qual emoções individuais adquirem uma dimensão coletiva, e por sua vez, moldam processos sociais e políticos.

As emoções, apesar de receberem pouca atenção dos acadêmicos, são relevantes para o cenário internacional. Isso porque as emoções levam à determinadas ações e atitudes de diversos atores relacionados à acontecimentos políticos e sociais em uma esfera global. Temos como exemplo as ações políticas no pós 11/09, no qual o impacto emocional teve uma forte influência em como as pessoas lidaram com as questões de segurança nacional e de identidade coletiva.

No campo das Relações Internacionais, as emoções não possuem grande reconhecimento, pois, apesar de haver grande relevância do sentimento de medo nas teorias sobre dilemas de segurança, elas são vistas como uma forma de „desvio da racionalidade“ e ainda são consideradas inconstantes. Além disso, os métodos científicos sociais são priorizados para se produzir um conhecimento no campo das Relações Internacionais, aumentando a justificativa para o fato de haver uma escassez dos estudos sobre emoções (BLEIKER E HUTCHISON, 2008b).

Bleiker e Hutchison dizem que:

Os políticos, de fato, sempre usaram o medo para manipular a população de uma maneira que servisse a seus interesses particulares. Thomas Hobbes deu um passo adiante. O medo, ele acreditava, não apenas deixa marcas fortes nos debates públicos e na formulação de políticas, mas também serve como uma fonte importante para justificar fundamentos políticos e morais coletivos. Diversos acadêmicos - antes e depois do 11 de setembro - enfatizaram como o medo gerado pelo terror pode criar convicção moral e levar diversos grupos políticos e divergentes a conseguirem acordos rápidos e universais em princípios e ações básicas. Como resultado, porém, os fundamentos de nossa moral são articulados principalmente de maneiras negativas baseadas no medo, em vez de discussões abertas sobre questões difíceis e na disposição de fundamentar posições políticas em uma afirmação positiva de valores e princípios básicos (2008b, p.119, tradução nossa).

Com isso, compreende-se que por meio do medo, atores políticos e governos nacionais conseguem articular uma imagem que procura atender a seus interesses particulares, justificando, deste modo, algumas práticas e ações políticas. Porém,

não é apenas o sentimento de medo que é altamente utilizado na política mundial, mas também sentimentos positivos (como a empatia e a boa vontade) são altamente necessários em diversas situações políticas e diplomáticas, como por exemplo para concluir determinadas negociações de paz. Isto posto, podemos constatar que as emoções estão presentes em diversas áreas das Relações Internacionais.

Mesmo ainda existindo certa resistência em relação ao uso das emoções no campo das Relações Internacionais, existem alguns autores que reconhecem o papel das emoções na história e na constituição das identidades coletivas. As emoções podem ser consideradas um reflexo de determinadas circunstâncias políticas, históricas e culturais. De acordo com Bleiker e Hutchison (2008b, p.123, tradução nossa apud LEBOW, 2005, p.304) “o comportamento dos Estados nacionais é ligado às suas identidades e interesses, os quais por sua vez, são relacionados com uma variedade de fatores emocionais”.

No campo da sociologia, as emoções são uma parte ativa que constitui a identidade e a ideia de comunidade. As mesmas ajudam a formar a noção de nós mesmos e colabora para o desenvolvimento da relação existente com os outros. Além disso, as emoções, por serem internas, só podem ser reconhecidas por meio de práticas de representação, mediante narrativas, gestos e outros modos de expressar sentimentos e opiniões (BLEIKER E HUTCHISON, 2008b).

Bleiker e Hutchison (2008b) afirmam que as emoções são importantes em qualquer situação, pois elas são centrais ao modo como a comunidade (incluindo os próprios Estados) se organiza e funciona. À vista disso, as emoções, por meio de suas representações, adquirem uma dimensão coletiva, dando forma aos processos sociais e políticos. A importância das emoções é mais perceptível quando a sociedade se confronta com circunstâncias preocupantes ou eventos traumáticos. Os autores dizem que “(...) eventos traumáticos desafiam relacionamentos, expondo a natureza emocional de uma forma particularmente visível” (p.129).

A relação entre a estética e as emoções se torna clara quando consideramos as representações, principalmente em uma época em que há uma preponderância da cultura visual. A grande influência e predomínio do visual na sociedade como forma de cultura é reconhecida por diversos estudos, entendendo-o como confiável e até mesmo uma forma autêntica de conhecer e compreender o mundo. Alguns autores chegam a enfatizar que os conflitos políticos estão muito mais relacionados com as representações visuais divulgadas nas mídias pois elas moldam o

entendimento da sociedade mais do que os próprios acontecimentos (BLEIKER E HUTCHISON, 2008).

Reafirmando a relevância da estética com o estudo das emoções e da representação, Bleiker e Hutchison dizem:

As fontes estéticas são particularmente adequadas para capturar emoções, porque procuram fazer mais do que simplesmente representar um objeto ou evento o mais realisticamente possível. Para ter valor artístico, uma obra de arte - seja um poema, uma ópera, uma pintura ou uma fotografia - deve ser capaz de envolver e capturar não apenas realidades exteriores, mas também e, acima de tudo, nossa relação humana e emocional com eles (2008b, p.132, tradução nossa).

## 1.2- O processo de construção social da identidade

O conceito de identidade é bastante amplo, possuindo vários significados e entendimentos de acordo com os diferentes âmbitos de estudo, variando o sentido conforme a abordagem que lhe é dada, sendo dessa maneira, um conceito difícil de se analisar. James Fearon (1999, p.10) em seu trabalho denominado *What is Identity (as we now use the word)?* afirma que o termo “identidade” pode ser utilizado como uma forma de se referir a uma categoria social, a um conjunto de pessoas que possuem uma característica em comum, como por exemplo dizer que uma pessoa é americana, francesa, muçulmana, professora.

Fearon (1999) apresenta um compilado de definições sobre identidade, apresentando contribuições de diversos autores e acadêmicos. Citando alguns dentre os vários autores listados, temos Hogg e Abrams (1988) que explicam que a identidade seria o conceito das pessoas de quem elas são, ou que tipo de pessoas elas são e como se relacionam com as outras. Deng (1995) descreve a identidade como o modo em que indivíduos ou grupos se definem e são definidos por outros baseados na raça, etnia, religião, linguagem e cultura. Wendt (1994), por sua vez, afirma que as identidades sociais são conjuntos de significados que um ator atribui a si mesmo enquanto toma a perspectiva dos outros como objeto social.

Sendo assim, apesar de apresentar vários sentidos e definições, existe uma conformidade de que a maioria se refere a um senso de reconhecimento e de agrupamento. O problema de haver uma definição fixa sobre identidade, que se refere à individualidade e personalidade, é que não é algo que pode ser usado no contexto de identidade nacional, visto que a mesma não é sempre igual ao longo do

tempo e em todos os lugares. A identidade, dessa maneira, depende do contexto em que se apresenta, sendo possível dispor de um conjunto amplo de definições.

A formação de uma identidade coletiva, sendo esta um conjunto de indivíduos que se consideram pertencentes à uma certa qualificação, é possível por meio da criação de mecanismos culturais e representações que buscam criar uma ligação entre os cidadãos. O Estado possui o papel fundamental de disseminar e assimilar tais características culturais, além de fazer com que ocorra uma sensação de realidade compartilhada (MENEZES, 2011, p.4). A formação de identidades coletivas também possui uma dupla função no que diz respeito às relações entre Estados nacionais: é possível existir uma relação cordial e amigável, ou por outro lado, pode haver uma situação em que um Estado identifica o outro como seu inimigo. A construção da identidade, portanto, é analisada como uma forma de entendimento do nacionalismo.

A questão da identidade nos estudos de Relações Internacionais teve um avanço e alcançou uma maior importância durante as décadas de 80 e 90, possuindo uma ligação com a ascensão da Teoria Construtivista. Alguns fatores neste período, como o fim da Guerra Fria, a dissolução de países e o avanço da globalização, demonstraram como algumas entidades políticas são voláteis, levantando questões vinculadas às fronteiras e ao nacionalismo. À luz disso, o Construtivismo tinha como uma de suas premissas a análise de questões usualmente não consideradas pelas teorias mais tradicionais, como as questões de gênero, religião e cultura. Buscando uma nova forma de análise das mudanças que estavam ocorrendo, intelectuais da área de Relações Internacionais se voltaram para a noção de identidade e de como ela está socialmente interligada à construção dos interesses dos Estados e ao nacionalismo, além de investigarem novas explicações para a ocorrência de guerras e condições para se chegar à paz. A influência do Construtivismo foi importante pois trouxe à tona a relação dos interesses dos Estados e da identidade. Além disso, a identidade possibilitou uma nova forma de se entender os interesses, indo além do entendimento de “maximização de ganhos” muito utilizado pelos realistas.

No cenário internacional, o conceito de identidade possui notável importância pois existe uma relação com a construção das fronteiras nacionais, agrupando indivíduos que compartilham características em comum. Além disso, a construção da identidade dentro de um território nacional é uma demonstração da soberania

estatal. Dentro de um único Estado pode haver várias identidades (como por exemplo, a existência de várias comunidades ou regiões que possuem suas próprias características), mas se assegura uma fronteira nacional. A identidade dentro de um Estado abrange aspectos diversos sobre raça, crença religiosa, do histórico cultural, mas ao mesmo tempo há uma identidade considerada “geral”, com predomínio maior. Cada ator, incluindo os Estados, pode possuir diversas identidades sendo que cada uma representa um interesse e um âmbito de ação.

De acordo com Wendt (1994, p.385, tradução nossa) “algumas das identidades e interesses estatais são causados pelas relações na sociedade doméstica ou na sociedade internacional”. No âmbito internacional, a identidade dos Estados nacionais e seus respectivos interesses são formados a partir de estruturas sociais e de determinadas situações e circunstâncias na qual o Estado se encontra. Em outras palavras, a identidade do Estado é variável de acordo com o momento histórico, situação cultural, política e social em que se encontra. De acordo com Morais (2017, p.6) “visto como a identidade dos Estados é um produto de práticas constitutivas domésticas e internacionalmente, é de se esperar que a identidade política seja diversificada entre os Estados”. Com isso, espera-se que Estados diferentes apresentem interesses e políticas diferentes. Temos como exemplo o posicionamento dos Estados Unidos na Guerra Fria, sendo este período uma estrutura social na qual os estadunidenses se posicionavam de uma maneira e formulavam sua identidade com base em tais condições, em contraposição à União Soviética.

Campbell (1992, p.76, tradução nossa) ainda afirma que “para o Estado, a identidade pode ser entendida como o resultado de práticas excludentes no qual o elemento de uma identidade de „dentro” está ligada por um discurso de perigo às ameaças identificadas de „fora””. A partir disso, o Estado legitima algumas práticas voltadas aos seus interesses particulares, privilegia uma determinada interpretação histórica e cultural e marginaliza os modos de interpretação alternativos, sob o discurso de proteger o território nacional da ameaça externa. Baseado nisso, os discursos de perigo que são criados pelos Estados, a representação do medo e a caracterização daquilo que os indivíduos são contrários dão forma à noção de “nós”, constituindo uma identidade nacional. Dessa forma, as identidades implicam em uma formação de preferências em determinada situação política, fazendo com que



os Estados tomem ações baseadas na análise da identidade que atribui aos demais Estados.

O problema que existe decorrente da diversidade de identidades dentro de um território é o pensamento de superioridade que um grupo pode ter sobre o outro, o que pode levar à conflitos dentro da região e, também, pode ser considerado a causa da busca pela independência de certos grupos (FEARON, 1999). As identidades de grupos menores são melhores asseguradas em um Estado democrático, que permite suas respectivas existências e defendem seus direitos. Quando tais minorias não são ouvidas, elas procuram autonomia e separação do Estado em que se encontram, além de buscarem apoio da comunidade internacional. Abyad (2010) afirma que a noção de uma identidade superior à outra pode ser a causa de conflitos em um território, o que pode ser exemplificado pelos conflitos no Sudão, Ruanda e Kosovo. Os problemas relacionados à identidade coletiva não são recentes, mas possuem um caráter especial atualmente.

De acordo com David Campbell (1992), o simples fato de haver um modo de existir alternativo, ou seja, uma presença de uma identidade diferente daquela que é comum para um certo indivíduo, é suficiente para ser entendido como uma ameaça. Essa situação ainda demonstra e afirma o fato de que não há uma única identidade verdadeira. Se faz necessário o entendimento do que é considerado uma ameaça para um certo país ou um indivíduo. Sendo assim, pode-se entrar na suposição de que existem vários entendimentos e percepções sobre o que é ou não considerado um perigo, algo que varia de indivíduo para indivíduo, de Estado para Estado. Observa-se como a questão da identidade varia de acordo com vários fatores e como ela pode ser utilizada de uma maneira política na busca pelos interesses estatais.

### 1.3- A criação de identidades usando objetos de estudo da estética

Como foi dito, a estética se utiliza de várias formas de análise em sua busca por entendimento e explicação da política mundial. É importante, dessa forma, considerar que a manifestação de poder não se dá apenas em termos realistas (em condições materiais e capacidades), e o uso da abordagem estética demonstra uma nova forma de exteriorizar o poder nas Relações Internacionais, desconstruindo o discurso e métodos de análise mais comumente utilizados.

De acordo com Der Derian e Shapiro (1989, p.9) práticas pós-estruturais estão sendo utilizadas para investigar como o sujeito das Relações Internacionais é constituído pelos discursos da política mundial. O uso do visual, como a fotografia e o cinema, se tornou altamente relevante pelo seu impacto direto e por sua grande difusão nas sociedades. Como exemplo do uso da fotografia, Bleiker (2009) cita um ensaio feito por Nicholas Higgins no qual ele demonstra como o conhecimento ocidental sobre os indígenas no México se baseava nas práticas fotográficas que eram utilizadas nas primeiras explorações antropológicas. Com isso, observa-se uma tendência à criação de estereótipos relacionados às imagens que moldavam as identidades.

O uso da cultura visual, portanto, se mostra uma ferramenta eficaz na construção da imagem do outro, que pode ser uma prática que leva à formação da identidade e da noção de alteridade existente entre os indivíduos. Certas imagens e características se tornaram tão intrínsecas ao longo do tempo, que são imediatamente relacionadas com um determinado grupo. Por conseguinte, a identidade é formada com base na identificação dessas características e da diferenciação decorrente.

Mitchell diz que:

Estereótipos, caricaturas, figuras classificatórias, busca de imagens, mapeamentos do corpo visível e dos espaços sociais em que aparece constituiriam as elaborações fundamentais da cultura visual em que o domínio da imagem - e do outro - é construído. Como entidades intermediárias ou subalternas, essas imagens são os filtros através dos quais reconhecemos outras pessoas (2002, p.175, tradução nossa).

Buscando aumentar o estudo da estética relacionada com a criação de identidades, Bleiker (2009) dedica um capítulo de seu livro *Aesthetic and World Politics* para a análise da poesia como forma de manifestação da formação da identidade e da identificação do sentimento de comunidade. O autor faz uma análise da importância da poesia relacionada com a noção de identidade e o sentimento de comunidade, a partir dos escritos de um poeta coreano chamado Ko Un. O poeta possui diversas obras de poesia, romances, ensaios e autobiografias que retratam sua vida e acontecimentos históricos por quais ele vivenciou, (como a Guerra da Coreia e sua participação em movimentos democráticos) demonstrando assim seu caráter político.

Muitos dos poemas de KoUn são ligados pela busca da identidade coreana, principalmente pelo período conturbado que ele presenciou. A Coreia passou por

um período de colonização pelos japoneses que praticamente aniquilou a cultura coreana; foi dividida entre Norte comunista e Sul capitalista; enfrentou um período de guerra entre os dois lados, tudo isso fazendo com que o país passasse por dificuldades para manter uma noção de si mesmo (BLEIKER, 2009).

De acordo com Bleiker:

A poesia de KoUn mostra que é possível articular a identidade nacional de maneiras menos nacionalistas e hostis: como parte de um movimento político que retrata outras pessoas e suas identidades de maneira empática e, assim, evita a lógica interna / externa que pode levar a formas problemáticas do nacionalismo (2009, p.154, tradução nossa).

As poesias de KoUn se mostram relevantes por demonstrarem a articulação da estética e da criação de uma identidade, isso feito de acordo com os vários desafios pelos quais o país enfrentava. O poeta busca criar uma noção de identidade frente à ocupação do Japão; se utiliza do período de guerra para demonstrar a divisão nacional entre o norte e o sul e faz uma crítica à noção de identidade nacional no período de ditadura. Fica claro como eventos políticos internacionais podem ser utilizados para a formulação de uma determinada ação política, e muitas vezes os atores conseguem se utilizar de tais acontecimentos para legitimar sua conduta.

Situações de guerra e conflitos são representados na mídia e divulgados por diversos meios (fotos, vídeos, reportagens, notícias), e frequentemente, são utilizados como meio político para certa prática governamental. É claro que situações como essas conseguem transmitir sensações e emoções para a sociedade, como por exemplo, o medo e a raiva. Atores políticos internacionais conseguem se aproveitar da situação e da emoção causada para validar uma certa ação ou conduta, e muitas vezes, é possível criar uma sensação de identidade comum em contraste com o inimigo. A identidade, por conseguinte, é formada pela situação e pelas emoções decorrentes, por meio do manuseio dos agentes principais podendo fazer parte de uma ação que busca atender um determinado fim político.

De acordo com Bleiker e Hutchison (2008a, p.390, tradução nossa) “as emoções possuem um papel central na construção da noção de identidade nacional e solidariedade que podem nascer a partir dos sentimentos de dor que são produzidos por situações traumáticas”. Assim sendo, pode-se considerar que situações que tiveram um impacto negativo são vistas como um instrumento para a

construção de uma identidade coletiva, por meio dos sentimentos compartilhados. Algumas emoções se tornam mais usadas politicamente do que outras, fazendo com que ocorram conseqüências, como a continuação (ou o aparecimento de novas formas) de conflitos.

Bleiker e Hutchison afirmam que:

A apropriação de emoções pode muito bem ajudar os governos a alcançar determinados objetivos. Mas eles também contribuem para a construção de um senso de identidade e comunidade política que repousa sobre uma separação rígida entre um interior seguro e um exterior ameaçador (2008a, p.386, tradução nossa).

As emoções influenciam atitudes, comportamentos e ações. Elas ajudam a entendermos a nós mesmos, e nos situarmos em relação aos outros. Práticas de representação de trauma e suas emoções, sejam medo e raiva, culpa e remorsos inevitavelmente se tornam fontes de identidade. Eles geralmente definem as comunidades de maneira divisória, criando uma sensação de segurança e unidade em justaposição a um ambiente hostil e ameaçador externo (BLEIKER E HUTCHISON, 2008a).

Um bom exemplo para entender a relevância das emoções e seu uso na política internacional seria a situação que ocorreu após os ataques de 11 de setembro de 2001. Bleiker e Hutchison (2008a) demonstram como o governo dos Estados Unidos, rapidamente, se utilizou de uma forte retórica para criar a imagem de um inimigo e para conseguir apoio da nação para as guerras no Afeganistão e no Iraque.

Dessa forma, fica nítido o papel dos objetos utilizados pela estética na política, em específico na criação de políticas de alteridade. Elas podem ser uma fonte de explicação e de análise para ações políticas relacionadas à definição do caráter nacional. Por meio das imagens, e dos sentimentos que elas evocam, é possível se estabelecer uma identidade nacional e um senso de pertencimento em relação a um “outro” considerado inimigo. Cria-se assim, uma noção de alteridade e diferenciação entre sociedades.

## PARTE 2 - AÇÕES E ESTRATÉGIAS DOS ESTADOS

### 2.1- O conceito e abordagens de poder nas Relações Internacionais

Existe um debate amplo nas Relações Internacionais sobre poder, no qual diversos autores possuem influências diferentes na forma em que classificam e definem tal conceito. No pensamento realista, existem várias premissas relacionadas à centralidade do Estado nacional e sua sobrevivência no cenário internacional vinculado com o poder que o mesmo possui. A sobrevivência é adquirida por meio do poder existente de cada Estado, que pode ser exteriorizado de diversas maneiras, como por exemplo, por meio de formação de alianças ou por capacidades materiais. Consequentemente pode-se afirmar que o poder de cada Estado é necessário para que o mesmo sobreviva e possa se impor no cenário anárquico internacional.

O poder, ainda sob o ponto de vista da Teoria Realista, pode ser entendido como a soma das capacidades do Estado em termos políticos, militares, econômicos e tecnológicos, sendo assim, a maior fonte de influência e autoridade na política global. De acordo com Nogueira e Messari (2005, p.27 apud WALTZ, 1979), “o poder é a capacidade de influenciar o sistema internacional mais do que ser influenciado por ele, sendo um meio para garantir a sobrevivência e a segurança”. Dessa maneira, a distribuição do poder entre os atores internacionais é considerada de extrema importância para os teóricos realistas, tendo em vista a existência da anarquia e a busca pela sobrevivência no sistema internacional. Assim sendo, fica claro como o poder está ligado à autoridade que os Estados possuem e seus meios materiais com que podem produzir certa imposição e demonstração de força, de forma a garantir sua sobrevivência.

A Teoria Pós-Moderna também se mostra relevante para a abordagem sobre poder, possuindo fortes contribuições para os Estados nacionais. Para os defensores de tal Teoria, a realidade objetiva não existe; o que existe na verdade são representações do real que buscam status de verdade. Isso é feito por meio da mobilização de símbolos e discursos voltados à produção de certas ações e manifestações, que por sua vez, são legitimadas por meio do poder e do conhecimento (NOGUEIRA E MESSARI, 2005). Alguns autores afirmam que existe uma relação entre o saber e o exercício do poder pelo Estado. Para Nogueira e

Messari (2005, p.194 apud Foucault, 1980), “toda forma de dominação depende de uma articulação entre conhecimento e poder. (...) o poder precisa do conhecimento para operar, e o conhecimento é produzido no âmbito de redes de poder”.

Tais representações da realidade, para as ciências humanas, são feitas principalmente por meio da linguagem; e são tais modos alternativos de representação que determinam o que é legítimo, o que é correto e o que é moralmente aceitável. Observa-se por meio disso como as práticas discursivas são fundamentais para as ações e representações do mundo. Jesus e Tellez afirmam que

Tendo a concepção de que a representação é sempre um ato de poder e de que ela pode mascarar suas origens e valores, é possível perceber como teorias como o realismo tolheram os elementos subjetivos na representação de seu objeto, suprimiram a qualidade estética da política e transformaram uma interpretação historicamente contingente e motivada politicamente numa forma de representação aceita como “realística”, objetiva e supostamente “essencial” (2014, p.67).

De acordo com as abordagens alternativas, as teorias internacionais apresentam uma intertextualidade, ou seja, um espaço multidimensional no qual uma variedade de escritos são combinados e misturados. As Relações Internacionais não são vistas como possuindo uma verdade final e absoluta, sendo importante a análise da linguagem e de outras práticas significantes. Essa estratégia intertextual busca entender como uma teoria consegue se sobrepôr à outra e silenciá-la. Por meio da geração de novas interpretações dos discursos e práticas, novas dimensões e alternativas são incluídas nas teorias internacionais (DERDERIAN, 1989).

O discurso nas Relações Internacionais é visto como fator importante de poder, pois é por meio dele que interpretamos o mundo material e constituímos o mundo social em uma base intersubjetiva. Bhabha (1986, p.188), sobre as relações de poder existentes no discurso, afirma que “„Poder/saber” coloca os sujeitos numa relação de poder e reconhecimento que não é parte de uma relação simétrica ou dialética - eu/outro, senhor/escravo - que, então, pode ser subvertida pela inversão”.

De acordo com O’Hagan

[...] o discurso é significativo, pois ajuda a estabelecer a legitimidade de posições particulares e a definir os possíveis horizontes de ação. Portanto, os discursos de identidade desempenham um papel importante na estruturação e constituição do político. Eles não apenas ajudam a constituir atores, mas também estabelecem o que é possível, o que é legítimo e o que é desejável (2004, p.28 apud MILLIKEN, 1999, tradução nossa).

Dentro da Teoria Construtivista, existe o argumento de que tanto o poder material quanto o discursivo são necessários para a política mundial, além de demonstrarem que a correlação de poder material e práticas discursivas não são novidade no campo da política internacional. A noção de que ideias são uma forma de poder, indo além da definição de que este é somente a força física e material, está altamente intrínseca ao Construtivismo, demonstrando assim como essa teoria coloca em consideração as práticas sociais.

Sobre as práticas sociais enfatizadas pela Teoria Construtivista, Hopf argumenta que

O poder das práticas sociais reside em sua capacidade de reproduzir os significados intersubjetivos que constituem estruturas e atores sociais. A intervenção militar dos EUA no Vietnã foi consistente com várias identidades dos EUA: potência, imperialista, inimigo, aliado e assim por diante. [...] As práticas sociais não apenas reproduzem atores através da identidade, mas também reproduzem uma estrutura social intersubjetiva. O poder mais importante da prática social é sua capacidade de produzir previsibilidade e, portanto, ordem. As práticas sociais reduzem bastante a incerteza entre os atores de uma comunidade estruturada socialmente, aumentando assim a confiança de que as ações que uma pessoa realiza serão seguidas de certas consequências e respostas de outras pessoas (1998, p.178, tradução nossa).

O poder existente nas práticas sociais é o poder de produzir significado intersubjetivo dentro de uma estrutura social. Tais significados, tanto de ações feitas por membros da própria comunidade quanto de “outros” que estão fora da comunidade, se tornam fixos por meio das práticas. Hopf (1998, p.179, tradução nossa) afirma que “o maior poder da prática é reproduzir e controlar a realidade intersubjetiva”.

A soberania dos Estados nacionais está intimamente ligada ao estudo do poder nas Relações Internacionais. A soberania é vista como um dos principais pilares das Relações Internacionais, que fornece ordem e organiza o sistema internacional de Estados, sendo dessa forma, um princípio a ser protegido e defendido pois garante a convivência entre os Estados. As mudanças que ocorrem ao longo do tempo com o território nacional e sua população afetam o próprio conceito de soberania estatal. Ademais, a soberania está intimamente ligada à ideia de nação, pois para que um Estado seja capaz de contornar as diferenças internas, ele deve se apresentar como a autoridade suprema legítima dentro de suas fronteiras (ESTRE, 2011).

Dessa forma, a soberania pode ser vista como uma resolução específica para os problemas de organização das comunidades políticas e os desafios de manter e exercer poder político em nome de tais comunidades. Seria, portanto, uma solução considerada geral para os problemas imediatos da sociedade moderna. Se tornou estabelecido que, por meio da soberania, os Estados conseguiriam se organizar e manter relações cordiais entre si, justificando, ainda, as assertivas de autoridade suprema dos Estados.

A partir do conceito de soberania estatal, se estabelecem e regulam algumas práticas e ações que o Estado nacional se torna responsável. Supõe-se que o Estado seja responsável pelas estruturas legais e institucionais que se encontram em um território bem delimitado. Assim, ações de inclusão, pertencimento jurídico e condições de cidadania são atrelados às obrigações estatais. Por outro lado, o Estado também pode ser a fonte do não pertencimento, podendo destituir cidadãos, desagregando, suspendendo direitos e expulsando indivíduos da comunidade política em nome da nação (BUTLER E SPIVAK, 2018). Dito de outra forma, cada Estado, por meio de seu aparato legal, determina quem são seus residentes nacionais e quem são os estrangeiros; sendo esta determinação um ato reconhecido pela comunidade internacional e considerado legítimo.

De acordo com Estre,

As condições de possibilidade para a inserção no sistema internacional tornam-se, portanto, necessariamente associadas à Soberania, ao Estado territorial soberano. Entretanto, tal solução possui diversas consequências na forma como lidamos com o sistema internacional. Em primeiro lugar, todas as diferenças são internamente normalizadas, todos são feitos partes da nação. Externamente, todavia, cria-se uma distância insuperável entre o outro e o eu. As fronteiras territoriais são as responsáveis pela estabilização dessa diferença, sem que ela seja de fato resolvida (2011, p.5-6).

O princípio da soberania do Estado oferece uma solução tanto espacial quanto temporal para questões sobre o que a comunidade política pode ser, visto a prioridade à cidadania e a particularidade sobre todas as reivindicações universalistas de uma identidade humana comum. Em termos espaciais, o princípio da soberania estatal coloca uma demarcação entre a vida dentro e fora de uma comunidade política centrada. “Dentro dos Estados, anseios universais ao bem, à verdade e ao belo pode ser concebíveis, mas somente dentro de um território delimitado geograficamente” (WALKER, 1993, p. 62, tradução nossa).

A soberania ainda é entendida por vários acadêmicos como uma ideia relacionada à identidade nacional, que também pode ser vista como um conceito



fundamental do Estado. Kuah (2003, p.3, tradução nossa) faz essa ligação entre a soberania do estado-nação com a questão da identidade, afirmando que “a soberania deu forma e restringiu as maneiras pelas quais nos engajamos na política e identificamos a nós mesmos”. Ainda de acordo com Kuah

[...] A soberania do Estado e o elemento da territorialidade consistem de maneira mais crucial em sua capacidade de "impor significados fixos e estáveis sobre quem pertence e quem não pertence à nação e, assim, distinguir uma comunidade política específica - o interior - de todos os outros - o exterior" (2003, p.4 apud DOTY, 1996, p.122, tradução nossa).

Em outras palavras, a soberania do Estado se baseia na capacidade do mesmo de escrever a nação (sendo esta o “nós, o povo”) e depende da reprodução estável dessa narrativa de identidade compartilhada. A soberania, então, se mostra como um discurso de poder e conhecimento político. De acordo com Kuah (2003, p.6-7, tradução nossa) “[a soberania] representa uma resolução específica de relações espaço-temporais em uma lógica de demarcações territoriais de „dentro” e „fora”, bem como a criação das condições sob as quais os textos políticos são escritos”.

Tanto na ciência política doméstica quanto no âmbito internacional, os relatos de identidade coletiva geralmente assumem um modelo espacial de agência da esfera pública e estados-nação territoriais. Nesses relatos, é criada uma dicotomia que localiza a ação política em uma esfera e meras relações na outra. A soberania afirma um senso de “aqui” e “lá”, pois quando se tem uma noção do que está além das fronteiras nacionais, é possível afirmar a identidade de dentro do território (KUAH, 2003).

Kuah afirma que

O princípio da soberania, o do Eu e o Estado-nação, detém a chave do discurso político através do qual tentamos entender e reconciliar a identidade com a diferença, o Eu e o Outro, 'dentro' e 'fora'. Longe de ser uma base inabalável para lidar com essas questões, a soberania é um discurso que trabalha constantemente para resolver todas essas contradições que surgem quando tentamos definir quem somos. Além disso, é um discurso exclusivista que forneceu um relato único, embora historicamente contingente, da identidade política, marginalizando todas as outras reivindicações de identidade (2003, p.24, tradução nossa).

Dessa forma, observa-se como o poder estatal pode se manifestar por diversas formas seja de modo material ou subjetivo, e se mostra importante para que cada um demonstre sua soberania no sistema internacional e tenha reconhecimento. A partir do seu poder, o Estado organiza seu território nacional e dá

a ele características bem determinadas, sendo, portanto, importante para a sua construção de identidade e nação.

## 2.2- Estratégias e ações de alteridade praticadas pelos Estados nacionais

As representações que são construídas pelos Estados nacionais com a ajuda do conceito de soberania são formas de demonstrar o nacionalismo, levando à constatação de que os Estados são atores relevantes nas políticas e ações relacionadas à lugares e territórios, e também, na criação de ligação entre pessoas à um determinado espaço territorial. A partir de tais representações, os Estados vão delimitando o caráter nacional e apresentam uma diferenciação entre o nacional e o estrangeiro. A partir dessa construção de identidade, o Estado passa a seguir uma linha política de ação justificada pelas representações que foram construídas.

Nogueira e Messari argumentam que

As identidades dos Estados modernos são asseguradas por meio de “discursos de perigo”. A produção da *diferença* e do *outro* se torna essencial para a afirmação do *self*. [...] A identidade do homem-cidadão é um efeito dos discursos de perigo, normalmente identificados na pessoa coletiva do “outro”, do estrangeiro, do migrante, do terrorista (2005, p.216 apud CAMPBELL, 1992).

Os Estados, com isso, passam a fazer a diferenciação do estrangeiro seguindo uma linha de classificação predominantemente negativa, e com isso, práticas de alteridade (até mesmo violentas) são realizadas e legitimadas em nome da soberania nacional. De acordo com Moulin (2004, p.447) “tratar o diferente torna-se fundamental para a ordem doméstica e internacional, mesmo que esse tratamento envolva violência, aniquilação e extermínio”. Com isso, se torna claro como os conceitos de identidade e diferença estão relacionados.

De acordo com Butler e Spivak

A nação (...) é singular e homogênea ou, pelo menos, assim se torna para atender aos requisitos do estado. A legitimidade do estado é derivada da nação, o que quer dizer que aquelas minorias nacionais que não se qualificam para obter o “pertencimento nacional” são consideradas habitantes “ilegítimas” (2018, p. 36)

Grande parte da análise sobre a formação de identidade pelos Estados no sistema internacional é relacionada com a representação de perigo vindo do “outro”. Dessa forma, a política externa funciona para produzir barreiras domésticas e externas alegando a defesa de uma identidade, ao mesmo tempo em que cria aquilo que é aceito em seu território (CAMPBELL, 1992). Ao criar a identidade do

estrangeiro, a política externa está realizando uma prática de diferenciação. Discursos criados pela política externa mostram o que deve ser temido e visto como ameaça. Ainda de acordo com Campbell (1992, p.3) “as fronteiras da identidade do Estado são asseguradas pela representação de perigo como parte integrante da política externa”.

A formação da identidade, portanto, está extremamente relacionada com a criação e percepção da diferença. No instante em que um indivíduo faz uma diferenciação de outra pessoa, criando alteridade e atribuindo-o determinadas características, automaticamente ele se afirma como o contrário. A partir da noção que se tem da identidade da outra pessoa, é possível criar a própria identidade. Campbell (1992, p.8) diz que “a identidade é inescapável, não sendo fixada pela natureza, dada por Deus ou planejada intencionalmente. A identidade é constituída em relação ao diferente. Mas o diferente (...) é constituído em relação à identidade”.

Ainda sobre as percepções de identidades divergentes, Moulin afirma que

Separados o eu e o outro, segue-se o processo de inferiorização do diferente, identificado como reflexo de um momento histórico anterior de barbárie, imaturidade e degeneração. O outro é percebido como uma forma prévia e menos avançada do próprio eu, tal como se infere das leituras europeias sobre as populações indígenas nas Américas (2004, p.449).

O exemplo de Moulin sobre as populações indígenas possui grande importância pois certas estratégias e ações de alteridade podem ser vistas na criação de estereótipos raciais e culturais, como alguns países fizeram para legitimar suas conquistas coloniais e apresentar suas percepções de superioridade sobre outras sociedades. Homi Bhabha e Edward Said são dois autores que abordam tais percepções.

Bhabha (1992) em “Pós-modernismo e política” discute a criação de diferenças raciais e culturais nas relações coloniais. De acordo com o autor (1992, p.185) “o objetivo do discurso colonial se concentra em construir o colonizado como população de tipo degenerado, tendo como base uma origem racial para justificar a conquista e estabelecer sistemas administrativos e culturais”. Bhabha busca refletir sobre a construção do sujeito colonial relacionado à um discurso de poder que remete a uma diferenciação principalmente em termos raciais, além de questionar os modos de representação da alteridade.

Seguindo essa linha de pensamento sobre a subjugação dos povos coloniais e tendo em consideração termos mais históricos, pode-se citar como exemplo a

diferença criada entre o Velho Mundo e o Novo Mundo com a chegada de Cristóvão Colombo na América em 1492. Apesar dessa divisão não ser feita entre Estados-nação, esse processo possibilitou a formação da identidade do europeu e do outro colonizado, do inferior, do indígena. O europeu, ao entrar em contato com a nova civilização, se colocou em uma posição superior por meio de um processo de comparação de estilos de vida, linguagem e costumes. O estranhamento entre eles possibilitou a criação de uma identidade coletiva e de diferenciação. Todorov (1984), na sua própria análise do encontro dos europeus com os povos da América, explora como a diferença entre os dois se manifestou, colocando os americanos como inferiores. Observa-se como o contato com outras comunidades, vistas como diferentes, pode constituir e afirmar uma identidade. Dessa forma, fica claro como as noções de identidade e diferença estão interligadas.

Já Edward Said em sua obra *Orientalismo - O oriente como invenção do ocidente* (1978) demonstra como o oriente seria uma criação, que foi representado pela visão e pelos conhecimentos que os povos ocidentais possuíam sobre essa região (e não por meio dos discursos e expressões próprios do povo oriental). Os ocidentais, portanto, construíram a imagem do oriental, do indivíduo e de seus costumes. A representação mais comum que temos do oriente é criada pelos ocidentais, e não pela própria sociedade oriental. Fica claro a ação de alteridade entre ocidente e oriente, no qual um não consegue se estabelecer e se afirmar sem a percepção do outro. Por meio do contraste entre as duas civilizações, foi possível definir a imagem, as ideias e a cultura de cada uma.

A hegemonia europeia no contexto da dominação entre sociedades e a diferenciação produzida pelo poder desigual se deu em vários âmbitos, como por exemplo no político, intelectual, cultural e moral. Sendo assim, o povo ocidental se baseava no discurso de que as intervenções feitas politicamente ou militarmente em lugares não-ocidentais levava à geração de benefícios para os povos que estavam estabelecidos. Isso era possível pelo pensamento do Ocidente civilizado, moralmente positivo e legítimo.

Para ilustrar, Said cita a criação da alteridade entre britânicos e egípcios, na qual a Grã-Bretanha se colocava como dominante frente aos egípcios. Isso foi feito por meio do discurso em que se afirmava que os britânicos possuíam um conhecimento superior, e, dessa forma, a dominação feita por eles seria aceitável tendo em vista que seria um ato que beneficiaria os egípcios, considerados

inferiores. Os ingleses se colocaram como “representantes de tudo o que há de melhor na história de sua nação” (SAID, 1978, p.45) para legitimar sua conquista. Dessa forma, formula-se a noção de que os egípcios possuem conhecimento e práticas inferiores, e que seria aceitável a sua dominação. A diferenciação e noção de superioridade se afirma a partir da percepção que os ingleses tinham sobre si mesmos e como eles possuíam maior conhecimento sobre o que seria melhor para os egípcios.

Diversos outros autores fazem uma análise de acontecimentos históricos e posicionamentos relacionados à criação de alteridade e diferença entre indivíduos. Connolly (1998) diz que uma das práticas de alteridade relacionada com a dualidade do indivíduo pode ser analisada nas ações cristãs, com a criação das noções de fé e heresia, inocência e pecado, moral e imoral. Consta-se assim que até mesmo ações ligadas à igreja podem ser interpretadas como forma de criação de diferença, de alteridade. Dessa forma, para manter uma identidade, se torna indispensável os contrastes e a figura de uma ameaça.

Uma das práticas do cristianismo é o culto e defesa a apenas um deus, fazendo com que a prática do seu oposto - uma religião que cultua vários deuses - seja visto como algo negativo. Consequentemente, se define que os praticantes de cultos diferentes ao dos cristãos sejam vistos como pagãos, primitivos e bárbaros. Essa questão levou a duas alternativas durante séculos anteriores em que havia uma primazia do catolicismo: a conquista ou destruição daqueles que cultuavam ou acreditavam em outros deuses e realizavam práticas diferentes das do cristianismo; ou a conversão, tendo em vista que tais pessoas poderiam reconhecer a fé cristã. As duas alternativas representam um modo de superioridade: um povo “superior” coloca sob seu domínio o povo “inferior”.

O autor Iver B. Neumann, no livro *Identity and Global Politics*, faz uma análise sobre alteridade na Rússia de Putin, demonstrando como as ações políticas realizadas vão de acordo com o pensamento nacional existente. Ao longo do texto exposto por Neumann, elucida-se como o discurso de Putin sobre o país relacionado à renovação e diferenciação do mundo europeu, reflete a ideia de criar uma identidade distinta. Fica claro em seus discursos, que Putin se posiciona de forma contrária a países como Estados Unidos ou Reino Unido. Para defender essa posição, o discurso realizado faz afirmações de que a Rússia é um país único e não uma cópia, e que cada país tem seu próprio caminho. Assim, estabelece-se uma

diferenciação entre a Rússia e o restante da Europa, além de reforçar o pensamento de que a Rússia nunca, de fato, pertenceu ao continente europeu.

Jacinta O'Hagan também apresenta um estudo sobre identidade e diferenciação no contexto do pós 11/09. Os acontecimentos desta data demonstraram como o tema e os estudos sobre identidade passaram a ter um enfoque maior e uma relevância para a política mundial contemporânea no nível da alta política. Isso possibilitou que atores políticos relevantes se mostrassem mais voltados ao tema e engajados com a questão cultural de identidade em suas agendas internacionais.

O termo identidade é definido por O'Hagan como

[...] o que nos dá a noção de self, o que nos fala quem somos e o que fazemos. A diferenciação e percepção de alteridade são centrais para a constituição do self, sendo esse o processo pelo qual os indivíduos e grupos constroem seu senso de identidade (2004, p.28, tradução nossa).

Existem três discursos diferentes sobre os eventos de 11 de setembro que buscam fazer uma análise voltada para o tema da identidade e alteridade: o primeiro seria um conflito de civilizações/ culturas distinto (no caso, o Islã e o ocidente) que possui como base a distinção entre aliado e inimigo ou vítimas e opressores; aqui a alteridade é reforçada ainda mais pela percepção de julgamentos morais e de valores, sendo que o outro é visto como inferior. O segundo seria uma luta entre as forças civilizadas e bárbaras por meio da caracterização das sociedades distintas, havendo grande relevância do que seria considerado o "mundo civilizado". O último discurso, por sua vez, seria a necessidade de estabelecer um diálogo entre civilizações de forma a aumentar entendimentos entre as culturas, reconhecendo a pluralidade e a importância das mesmas (O'HAGAN, 2004, p.30).

Campbell (1992) apresenta outro exemplo que vai além dos acontecimentos do 11 de setembro: a Crise do Golfo. Este conflito também inclui os Estados Unidos e um país oriental, a Arábia Saudita, e mostra mais uma vez como se cria a imagem do "outro". Nesse caso, há um debate maior sobre a noção de perigo e ameaça. De acordo com o autor (1992, p.3, tradução nossa) "as fronteiras da identidade estatal são asseguradas pela representação de perigo integrando a política externa". Os Estados Unidos, ao enviarem tropas militares para a Arábia Saudita, definiram qual era a ameaça e o perigo que deveria ser combatido.

Com tais exemplos, busca-se elucidar as formas pelas quais a identidade nacional (e sua própria criação) são usadas como uma forma de poder e levam à

subordinação de um grupo considerado “de fora” da identidade nacional. A alteridade criada, então, pelas práticas de representação e identificação nacional, dão sustentação para ações políticas que cada vez mais afirmam as fronteiras nacionais e excluem aqueles considerados não-pertencentes.

## PARTE 3 - PROCESSO DE CRIAÇÃO DE IDENTIDADES DOS REFUGIADOS

### 3.1- A construção das identidades dos refugiados

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) foi criado em 1950 com o objetivo principal de auxiliar e reassentar refugiados europeus afetados pela Segunda Guerra Mundial. Com o tempo, suas funções passaram a abranger outras situações, como a responsabilidade e proteção pelos apátridas e assistência aos imigrantes. De acordo com dados da organização, mais de 70 milhões de pessoas no mundo foram obrigadas a se deslocarem devido à conflitos, perseguições ou violações dos direitos humanos, sendo que desse total 25.9 milhões são refugiados (ACNUR). Tendo em vista o crescimento da problemática dos refugiados nos últimos anos, se faz importante entender como a situação está sendo tratada dentro das Relações Internacionais, e estender as formas de abordagem política e social sobre o tema.

De acordo com o artigo 1º da Convenção relativa ao estatuto dos refugiados de 1951 (ACNUR, 2011), os refugiados são pessoas que

(...) temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele.

Mesmo com os avanços da Convenção de 1951, ainda havia alguns pontos que se mostravam limitados e precisavam ser ampliados, como os parâmetros geográficos e temporais. O Protocolo de 1967, relativo ao Estatuto do Refugiado, surgiu então para tentar solucionar tais questões. Dessa forma, devido ao grandedeslocamento entre fronteiras nacionais e internacionais, é preciso entender o papel do refugiado e sua inserção na sociedade internacional devido à sua característica particular de não pertencer mais ao seu país de origem como também de não pertencer ao país em que busca refúgio.

O problema dos refugiados não é um acontecimento recente, desde a década de 50 eles eram vistos como uma questão problemática e uma situação que precisa de grande consideração. Durante as duas Guerras Mundiais e na Guerra Fria criou-se uma imagem do refugiado que era branco, do sexo masculino europeu e



anticomunista, sendo esta a imagem do refugiado considerado “normal” e aceitável. Em contrapartida, a imagem do refugiado mais recente é um não-europeu, que está se deslocando dos países do Terceiro Mundo e possui características sociais, culturais, étnicas e religiosas diferentes. Além disso, os refugiados do período das Guerras Mundiais se deslocavam no seu próprio continente por motivos de perseguição política, e as ações dos países eram mais acolhedoras e positivas; enquanto que atualmente se diz haver uma mudança nas principais motivações dos “novos” refugiados, que agora fogem de conflitos internos e buscam uma melhor situação econômica, com as políticas dos países sendo mais negativas e de contenção.

Com o fim da Guerra Fria, muitos Estados ocidentais criaram discursos de que as pessoas que buscavam refúgio não possuíam bons motivos, o número de pessoas era excessivo, abusavam da hospitalidade e tinha interesse na entrada nos países do Norte para alcançar melhores condições de vida. Conseqüentemente, esses discursos contribuíram para a criação de uma imagem negativa dos refugiados além de institucionalizar uma diferenciação entre refugiados europeus e refugiados do Terceiro Mundo. Essa alteridade ficou conhecida como *non-entrée regime* (CHIMNI, 1998).

Em termos mais atuais, ainda existe um número alto de pessoas que se deslocam entre fronteiras de Estados, mas com motivações diversas e possibilitadas pelos avanços tecnológicos, como por exemplo, intercâmbios e novas oportunidades de trabalho. Porém, o principal motivo que nos interessa aqui seria os deslocamentos movidos por questões de sobrevivência, como fugas de perseguições e guerras. O estrangeiro que se apresenta e se coloca em um território novo e desconhecido pode representar uma ameaça à integridade da região por apresentar características destoantes. O estrangeiro, então, é visto como um componente extra, pois sua situação no momento não o permite ocupar de fato os espaços sociais e políticos no novo território, mas ao mesmo tempo pode possuir qualidades inéditas que influenciam na região em que se encontra (FERREIRA, 2002).

A diferenciação que se faz do refugiado se dá por diversas características, como por exemplo a origem em países em desenvolvimento, a diferença cultural, participação em movimentos políticos distintos, dentre outros. Assim, os refugiados são vistos como diferentes em termos de cultura, religião, língua (se faz uma

distinção tanto cultural quanto racial) e são qualificados como não pertencentes a um determinado território. A criação dessa diferenciação está altamente atrelada a identidade nacional do Estado, pois eles criam suas políticas baseadas em seus interesses, na qual em sua maioria, coloca os refugiados como uma ameaça a ser combatida. Um princípio básico e de grande interesse para os Estado seria o de segurança nacional e ordem, principalmente frente à grande massa de refugiados em suas fronteiras; isso faz com que os Estados apontem os refugiados como uma ameaça, como um perigo que precisa ser contido, criando assim mais uma característica da imagem do refugiado.

De acordo com Carapeto (2017, p.14 apud NEWMAN, 2003) “muitos governantes de estado vêm o refugiado e os requerentes de asilo de forma bastante negativa, como uma ameaça à coesão social e à empregabilidade e, ao mesmo tempo, como uma ameaça de insurgência e terrorismo”. Ainda sobre esse processo de exclusão do refugiado, Morais apresenta que

Visto como toda sociedade necessita de um território, as pessoas fora dela podem representar uma ameaça à sua estabilidade. Uma vez que estes indivíduos tornam uma ameaça à segurança da sociedade, eles recebem o rótulo de insider ou outsider, e irão ou complementar a segurança interna da comunidade ou ameaçar sua coesão ao não pertencer a ela (2017, p.406 apud HADDAD, 2008).

Reforçando as considerações sobre soberania estatal, o Estado nacional tem o direito de proteger sua população e seu território e, portanto, leva em consideração a melhor política a ser tomada em relação às pessoas que lhe requerem refúgio. Por meio das interações sociais, os Estados criam a noção de *self* e de *other*, delimitando dessa forma sua identidade e seus interesses. A partir disso, cria-se a característica e a delimitação de quem “sou eu” e de quem é o outro, nesse caso, o Estado nacional e os refugiados. No processo de criação da identidade, surge então as políticas que serão defendidas e aquelas que serão negadas em relação a esse caso em particular: ações sobre migração e refúgio. O Estado, então, se posiciona de acordo com seus interesses para criar e estabelecer políticas que sejam positivas e de acolhimento às pessoas que procuram refúgio ou não. Morais (2017, p.402 apud WHEELER, 2000) afirma que os fluxos massivos de refugiados podem surgir como ameaças à estabilidade e à segurança dos Estados. Devido a isso, os Estados podem optar por não aceitarem a entrada dos mesmos, deixando-os excluídos da sociedade, contribuindo para a característica de não pertencimento da identidade do refugiado. Consequentemente, ao possuir ações políticas que enfatizam a

necessidade de controle das fronteiras nacionais e de restrição à entrada ao país, implica-se uma imagem negativa aos grupos de refugiados e imigrantes que pode levar à movimentos públicos de racismo e xenofobia. A ameaça que os refugiados representam é uma das características mais generalizadas que existem nos Estados, e eles se aproveitam do medo e da insegurança como ferramentas políticas (CARAPETO, 2017).

De acordo com Morais:

A definição clara da soberania dos Estados cria uma dicotomia de exclusão, que pode ser em termos de espaço (dentro versus fora), de membresia a uma comunidade específica (cidadão versus não cidadão) e de agência (Estado versus indivíduo) (2017, p.407).

Considerando as observações feitas em relação à formação de identidades nas seções anteriores e ressaltando o fato de que as identidades são formuladas a partir da perspectiva de um ator sobre si mesmo e sobre o “outro”, o Estado se utiliza das dicotomias para afirmar o nacional/estrangeiro e o cidadão/refugiado. Retoma-se aqui o processo de criação de identidade discutido por Campbell, no qual a identidade do Estado nacional é feita por meio do processo de diferenciação do “outro”, da idéia existente da identidade do estrangeiro, criando assim uma relação de alteridade. Morais (2017, p.407) afirma que “a nacionalidade e a cidadania não teriam um significado tão forte nos membros de um país sem a invenção do estrangeiro. O cidadão não poderia surgir sem que o forasteiro emergisse ao mesmo tempo”.

Ainda conforme Morais:

Os refugiados não se encaixam na hierarquia Estado-cidadão-território devido a sua identidade de forasteiro, sendo forçados a viverem entre soberanias e ocupando posição marginal na sociedade internacional. São excluídos, ao passo que a construção de suas identidades falham em corresponder à noção estabelecida de Estado-nação, pois aos migrantes forçados foi atribuída a imagem de outsider devido a sua falta de pertencimento a uma soberania (2017, p.408).

Como visto, os refugiados se mostram presente na história por algumas décadas, não se configurando exclusivamente como um fenômeno recente. Porém, o crescente número de pessoas que se encaixam nesse grupo demonstra como a situação se agrava cada vez mais em diversos países. Por apresentarem uma condição de fragilidade social e política, muitas vezes o refugiado é visto como um fator de risco à integridade nacional, e por isso, medidas que buscam acolher tais pessoas não são vistas como positivas. Os refugiados têm sua identidade formada a

partir das dicotomias que são criadas, que os colocam como um não pertencente, o “outro” visto como ameaça.

### 3.2- Como a representação dos refugiados por meios estéticos geram sentimento na sociedade

O grande fluxo de refugiados e de deslocamentos forçados que estão ocorrendo atualmente criou um novo padrão no entendimento e na produção de subjetividades. A formulação de fronteiras, a sensação de coesão interna nacional e a identificação de ameaças externas são encontradas e impulsionadas por discursos oficiais de cada governo; mas também é possível identificar essas questões em práticas e discursos vindos da própria sociedade, como por meio de representações artísticas, filmes, fotografias e literatura. Os dois âmbitos, eventualmente, podem ser associados pois os governos podem se utilizar e se beneficiar das práticas culturais.

Campbell (2003, p.57 apud SHAPIRO, 2004, p.4-6) afirma que a governança cultural envolve apoio a vários gêneros de expressão que legitimam práticas de soberania, podendo restringir aquelas representações que desafiam a mesma. O uso de meios estéticos pode ser altamente manipulado para se atingir a um determinado interesse e finalidade política, principalmente se eles forem veiculados em grandes mídias, pois assim o alcance da população se torna maior, sendo portanto, uma forma de legitimar e fundamentar as ações políticas. O uso das abordagens estéticas, portanto, se mostra relevante por demonstrar à sociedade a realidade de alguns eventos (como por exemplo, as guerras), conseguindo causar impacto através das emoções que tais acontecimentos produzem (CAMPBELL, 2003).

A grande e rápida divulgação de imagens, textos e notícias na mídia são os fatores que contribuem para a disseminação da percepção dos refugiados na sociedade; sendo a imagem em especial um fator crucial, pois ela determina a forma como é construída a representação da realidade ou do que julgamos que seja verdadeiro, tendo em vista que “a informação que nos é fornecida depende cada vez mais de imagens” (CARAPETO, 2017, p.12 apud WRIGHT, 2000). Assim, a imagem aparece com um significado que transmite uma “verdade” à sociedade.

Carapeto (2017, p.12 apud RODRIGUES, 2007) ainda afirma que “a criação de qualquer imagem está sempre vinculada a uma causa ou a um fim específico, seja ele religioso, político, ideológico, publicitário, educacional, informacional ou artístico”. As imagens, dessa forma, constituem e reproduzem o pensamento coletivo da sociedade visto que as representações entendidas como garantidas surgem de uma “cultura visual”. Observando a conduta dos Estados, fica claro como a imagem de ameaça que os refugiados representam é uma das características mais generalizadas e utilizadas pelos próprios Estados. Sobre essa “cultura visual”, Carapeto ainda apresenta que

Tal como tenho vindo a refletir, a “cultura visual” tomou conta do quotidiano da sociedade. As representações que esta tira das imagens que observa são muito importantes na construção da sua opinião pública, pois as imagens têm uma influência muito direta nos discursos e nas possíveis ações. No caso específico dos migrantes e potenciais refugiados, as imagens, são a representação visual mais próxima que se obtém destes (2017, p.20).

#### Ainda de acordo com Carapeto

As recentes tendências sociais e audiovisuais como a “facebookização” e o “sobretelevisionamento” dos detalhes cotidianos das vidas individuais e familiares, não só expõem os indivíduos como também é possível assistir à sua própria produção identitária individual e coletiva em processos mediatizados. Assim, esta “cultura visual” expõe o poder que a imagem e os media audiovisuais detêm no modo como nos relacionamos quando construímos o significado (2017, p.12 apud CAMPOS, 2011).

A representação dos refugiados feita por meio das mídias demonstra como os meios de comunicação são usados como uma forma de poder, pois elas podem reforçar as diferenças e afirmar a discriminação de um grupo (nesse caso, os refugiados); com isso demonstra-se como existe a possibilidade das imagens influenciarem as opiniões e as percepções da sociedade sobre determinados eventos e situações, muitas vezes criando uma determinada emoção coletiva (CARAPETO, 2017).

Analisando as imagens dos refugiados que são divulgadas nas mídias, uma característica muito presente que é evidenciado seriam as condições precárias nas quais tais pessoas vivem e são forçadas a se submeter. Além disso, as imagens passam a ideia da sua posição de inferioridade, da necessidade de outras pessoas (como os europeus) para obterem ajuda, como visto nas três figuras a seguir. Carapeto demonstra essa interpretação de imagens dizendo que

Diríamos que [os refugiados] caminham o dia inteiro e levam consigo uma bagagem com o essencial ao mesmo tempo que carregam a sua criança,

ainda de colo. A nossa representação seria a de pessoas eternamente sujas, sem condições de higiene pessoal, que esperam pela ajuda dos europeus. Europeus estes que aparecem sempre representados por uma figura militar armada com capacete, cassetetes, pistolas, escudos protetores sugerindo que se trata de pessoas potencialmente perigosas (2017, p.34).

Figura 1 – Criança nos braços de um homem em um acampamento de refugiados na fronteira da Grécia e Macedônia.



Fonte: Louisa Gouliamaki/AFP

Figura 2 – Refugiados imploram a policial da Macedônia que os deixem atravessar a fronteira da Grécia durante uma tempestade.



Fonte: REUTERS/ Yannis Behrakis



Figura 3 – Militar na fronteira da Hungria.



Fonte: Jornal GGN

Ainda analisando as imagens que são disseminadas, a questão das fronteiras também é representada por meio das divisões feitas por arame farpado, criando uma ideia de securitização e de limite entre os nacionais e os refugiados. Essa divisão cria um sentimento de medo e de desprezo pelo “outro”, visto como algo que deve ser contido pela segurança nacional, como visto na figura 4. Fica claro que a livre circulação de pessoas só é estendida aos nacionais, enquanto que as regras, não só para refugiados, mas como para imigrantes em geral se mostram cada vez mais rígidas.

Figura 4 – Refugiados diante de muro na fronteira entre Sérvia e Hungria, no limite entre as cidades de Horgos e Roszke.



Fonte: EFE/ Opera Mundi

Por meio dos meios de comunicação, vídeos, fotografias, notícias e textos, os refugiados são retratados em condições de extrema vulnerabilidade (figura 5), que precisam de atenção e cuidados. Isso é feito através de discursos humanitários o que pode criar um sentimento de solidariedade e de compaixão na sociedade. Moulin (2012) apresenta a importância do sentimento de medo na própria construção dos refugiados, sendo o temor causado pela situação em que se encontram, um elemento fundamental da dinâmica internacional. De acordo com a autora “o refugiado é um sintoma de uma estrutura internacional organizada ao redor do medo patológico da morte iminente representada pela presença do outro e de uma condição anárquica” (2012, p.7). Em contrapartida, os Estados podem estabelecer o sentimento de aversão aos refugiados ao os colocarem como uma ameaça à coesão nacional. Dessa forma, pode existir uma dualidade na forma em que os refugiados são percebidos e entendidos no sistema internacional.

Figura 5 – Homem salta de embarcação lotada para a praia na ilha de Lesbos, na Grécia.



Fonte: REUTERS/ Yannis Behrakis

Por outro lado, existe uma tendência para universalizar o refugiado como um tipo especial de pessoa que passa por uma condição temporária, mas são colocados como uma categoria universal e sem história, pois na grande maioria das vezes eles são retratados como uma grande massa de deslocados, que não possuem uma individualidade.



Por meio das fotografias, cria-se um imaginário e um leque de suposições sobre os refugiados e sua vivência. Existe um padrão de suposição e de percepção que a sociedade possui sobre os refugiados e que delimitam ainda mais a relação entre o “eu” e o “outro”. Tais suposições vão criando cada vez mais uma divisão e estereótipos que contribuem para a construção da alteridade. O refugiado, então, recorrentemente é visto como aquele em que está em uma posição desfavorável, em situação frágil; e os meios de comunicação e as imagens corroboram essa percepção. As narrativas construídas pela mídia, portanto, demonstram uma relação de distância entre “nós” e “eles”. As imagens, por conseguinte, constroem a representação do refugiado (CARAPETO, 2017).

De acordo com Carapeto

A fotografia de imprensa é um objeto trabalhado, escolhido, composto, construído, tratado segundo normas profissionais, estéticas ou ideológicas, que segundo Barthes (2014), são também formas de conotação. Uma fotografia, além do seu conteúdo analógico possui um certo tratamento ao qual podemos chamar “estilo”. Este estilo é pensado pelo seu criador, e cujo significado, quer estético, quer ideológico nos remete a uma certa cultura e sociedade. A fotografia será sempre pensada e criada (escolha, tratamento técnico e enquadramento) de forma a estar em consonância com uma determinada perspectiva social, cultural e política. (2017, p.19).

Além do mais, a interpretação de uma fotografia depende de quem a está observando, ou seja, é necessário levar em conta diversos aspectos do “leitor” como, por exemplo, sua vivência, suas percepções, ideais e sensibilidade. Discursos públicos e meios de comunicação contra imigrantes, refugiados e requerentes de asilo desempenham um papel crucial na divulgação da ideia de que esses grupos representam uma ameaça ao bem-estar e à segurança de um Estado. Depois que o “outro” é constituído como uma ameaça ao “nosso” sentimento de pertencimento nacional, “aprendemos a desejar e exigir” sua exclusão da esfera de valores humanos, direitos cívicos e obrigações morais (ZEMBYLAS, 2010).

Assim sendo, existe uma construção social que surge a partir das interpretações das imagens, que na grande maioria passam a representação dos refugiados como existentes em uma condição frágil e de dependência, pois eles parecem estar sempre à espera de algo que está fora do seu alcance. Através das imagens, desenvolve-se a ideia de poder sobre o “outro”, revelando as condições desiguais e a superioridade existente entre os povos. A imagem, portanto, exerce um poder social ao suscitar sentimentos diversos na sociedade, contribuindo para a formação de uma opinião pública.

Como exemplo do poder da imagem e em como ela consegue criar sentimento na sociedade, temos o caso do menino sírio, Aylan Kurdi, que foi encontrado morto em uma praia da Turquia tentando chegar a uma ilha grega juntamente com sua família (figura 6). Sua morte foi registrada por uma fotografia que simboliza a grave situação dos refugiados e levanta a urgência e a tragédia de toda a conjuntura. O menino Aylan morreu afogado junto com seu irmão, sua mãe e mais duas pessoas. A imagem teve grande impacto e repercussão em todo o mundo causando grande comoção, tornando-se um dos grandes símbolos das tragédias vivenciadas pelos refugiados.

Figura 6 – Menino Aylan Kurdi, morto em uma praia da Turquia.



Fonte: Nilufer Demir

A grande divulgação pelas mídias e nas redes sociais do ocorrido possibilitou grande alcance na população, suscitando os sentimentos de choque, terror, indignação e condolência além de incitar os países europeus (e o restante do mundo) a agir em busca de soluções mais efetivas em relação à crise humanitária. Houveram vários posicionamentos de organizações não-governamentais e jornais reafirmando como a imagem trágica do menino é um lembrete dos perigos e dificuldades pelas quais os refugiados são submetidos. A imagem, por não ter sido feita e divulgada por um Estado nacional em específico, não conseguiu conter sua divulgação ou controlar como ela seria publicada; por isso a pressão que a sociedade começa a exercer sobre ações dos estados são muito mais motivadas pela compaixão, e não pelo medo que muitas vezes está nos discursos oficiais dos

governos. Dessa forma, nota-se como a divulgação feita por meios jornalísticos consegue gerar uma reação mais humanitária, criando comoção na sociedade.

Muitos enfatizam a gravidade da situação representada pela imagem, outros argumentam como a situação deveria criar um debate maior em relação à situação de violência e vulnerabilidade que os refugiados se encontram. Observa-se que a imagem de Aylan foi utilizada pela mídia de uma forma a passar a seriedade da situação com um caráter mais urgente, destoando das narrativas oficiais promovidas pelo Estado. Tal situação pode ser analisada como a criação de um discurso sobre a crise e uma forma de buscar alterar a situação com mais intensidade.

A partir da divulgação de sua foto, o menino Aylan passou a personificar a crise dos refugiados, e em pouco tempo, sua mobilização efetiva conseguiu atingir a opinião pública de forma mais precisa do que os mecanismos convencionais anteriores, demonstrando como o sujeito político é também, como defende Bleiker, um sujeito estético, portando dotado de dimensões não meramente racionais. Retomando as idéias apresentadas no capítulo inicial, as representações e as emoções que elas provocam alcançam uma dimensão coletiva, ou seja, consegue se difundir pela sociedade e dá forma a processos sociais e políticos.

Ainda sobre a guerra na Síria, quase um ano após a imagem de Aylan, uma fotografia de um garoto machucado e coberto de poeira (figura 7), sentado em uma ambulância de Aleppo, circulou o mundo destacando-se por mostrar a tragédia e a gravidade da situação que ocorre no país. Tal imagem serviu para transmitir a magnitude dos bombardeios e as consequências da violência que está ocorrendo, trazendo o sentimento de urgência para que haja uma solução para toda a situação. Imagens como essa lembram à população como a guerra é algo que não pode ser um elemento recorrente e trazem o sentimento da empatia perante as pessoas que estão sofrendo pela atual conjuntura (VERNE, 2017).

Figura 7 – Foto de Omran Daqneesh, o menino sírio sentado em uma ambulância após ser resgatado de um edifício destruído.



Fonte: Aleppo Media Centre

A imagem do pai e da filha de El Salvador afogados na margem do Rio Grande (figura 8) é outro exemplo de como as imagens causam grande repercussão e impacto ao redor do mundo. Nesse caso, a imagem retrata os corpos de um pai e sua filha nas margens de um rio na fronteira do México com os Estados Unidos, também passando os sentimentos de choque, indignação e sensibilidade por retratar a situação alarmante dos imigrantes na fronteira dos dois países. Essa imagem possui como contexto o agravamento da política migratória do governo do estadunidense Donald Trump, que vem tornando os pedidos de asilo cada vez mais inacessíveis (BBC, 2019).

Figura 8 – Corpos de pai e filha nas margens do Rio Grande.



Fonte: STR/ AFP

Ainda em relação à situação crítica na fronteira entre Estados Unidos e México, existem muitas fotografias que retratam famílias tentando entrar no país estadunidense com foco muitas vezes nas crianças. Uma situação que gerou grande debate internacional e dentro dos Estados Unidos se refere à separação dos adultos e suas crianças, de acordo com uma política implementada por Trump. Tal política estabelecia que qualquer adulto que tentasse atravessar a fronteira de forma ilegal e sem documentação devida seria considerado um delinquente e processado judicialmente. Como as crianças não podem ser detidas, elas eram separadas de suas famílias ou responsáveis (MARS, 2019).

A fotografia de uma criança hondurenha chorando ao ver sua mãe sendo detida e revistada por um agente na fronteira (figura 9) foi um marco da situação enfrentada pelas famílias, sendo colocada como um símbolo da política adotada pelo governo Trump. Além dessa imagem, a circulação de outros arquivos mostrando crianças chorando que haviam sido separadas das famílias e mostrando sua situação precária em abrigos improvisados, comoveu a população estadunidense e gerou debate internacional. As imagens foram divulgadas em redes sociais e na televisão, gerando uma grande polêmica e pressão sobre o Congresso dos Estados Unidos para que a política de separação acabasse. Deputados, senadores e até mesmo a Organização das Nações Unidas (ONU) se posicionaram sobre a situação (FELIPE, 2018). Fica exemplificado mais uma circunstância em que a circulação de imagens gerou uma comoção na sociedade e pressionou uma ação política.

Figura 9 – Menina chorando enquanto sua mãe é detida na fronteira do México com os Estados Unidos.



Fonte: John Moore



O caso dos venezuelanos no Brasil também é um exemplo da situação dos refugiados. A situação grave da Venezuela faz com que o número de pessoas saindo do país, para escapar da desordem política e econômica, aumente cada vez mais. O Brasil é um dos países que mais recebem venezuelanos (aproximadamente 160 mil) sendo Roraima o principal estado que possui fluxo de imigrantes e solicitantes de refúgio (DEUTSCHE WELLE, 2019).

Porém, o número exorbitante de pessoas chegando ao país, sobrecarrega os serviços públicos e aumentam a instabilidade. Várias imagens circulam nas redes sociais demonstrando a falta de preparo do Brasil para atender a todos, mas também retratam a situação desesperadora em que se encontram os venezuelanos. A fragilidade da situação faz com que a população brasileira se sinta ameaçada e insegura, o que leva a casos de violência e xenofobia (MENDONÇA, 2018)

Entre tais casos de violência e xenofobia contra venezuelanos em Roraima, são comuns casos de trabalho escravo, incêndio em abrigos, agressões físicas e impedimento de acesso aos serviços públicos. As cidades que recebem o maior número de venezuelanos geralmente são cidades muito pequenas que não possuem estrutura e condições suficientes para atender a todos, levando a uma vulnerabilidade maior para os refugiados. Alguns políticos e autoridades locais têm se apropriado dos problemas existentes de infra-estrutura das cidades e atribuem a culpa de tais deficiências aos venezuelanos, estimulando na população o sentimento de xenofobia. Em entrevista para a Carta Capital, o coordenador do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima, João Carlos Jarochinski, afirma que “é um discurso de ódio onde se transfere responsabilidade para o outro o tempo todo”. A população começa a sentir que o Estado está cuidando da situação frágil dos venezuelanos, mas não da sua própria população (SCORCE, 2018).

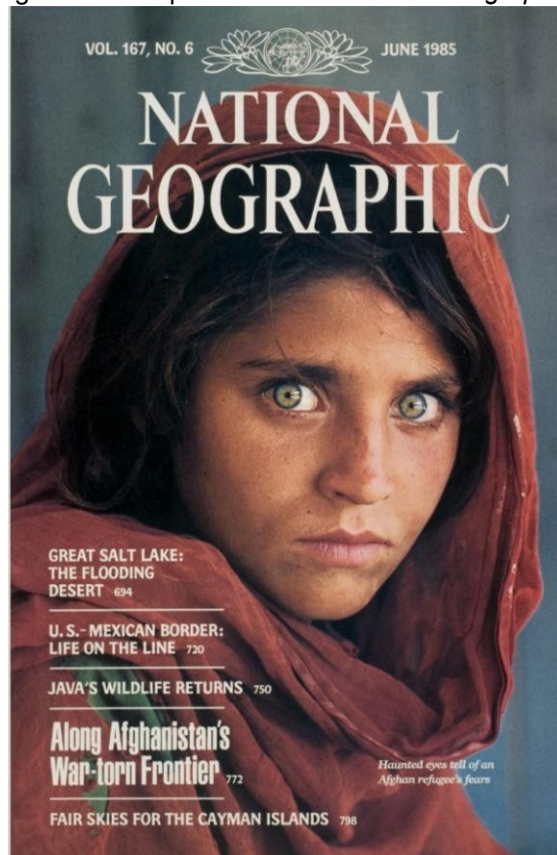
Além das imagens, os discursos criados por cada estado nacional, baseados em seus interesses e linhas de ação política, são usados para criar uma opinião pública. Um bom exemplo seria os discursos feitos pelo primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, em que se observam uma diferenciação na identidade atribuída aos refugiados. Aqui, retoma-se a diferenciação que era feito durante o período de guerras, na qual havia uma imagem aceitável do refugiado (europeu, branco). O primeiro-ministro ao afirmar que o país receberá “verdadeiros” refugiados,

cria a diferenciação entre as identidades dos refugiados não-europeus e europeus, com uma conotação negativa ao refugiado não-europeu (MORAIS, 2017).

Tais discursos de Orbán que são veiculados na mídia apresentam os refugiados como uma ameaça à ordem nacional, sendo identificados como “intrusos” e “terroristas em potencial”. Consequentemente cria-se um sentimento de aversão, perigo e medo na sociedade; além de poder ser considerado um discurso de xenofobia. Ao analisar os discursos do primeiro-ministro, fica-se claro o posicionamento nacionalista na qual a migração tem sido colocada como um perigo à ordem pública e a cultura nacional. Traynor apresenta um dos pronunciamentos de Orbán como se mostra a seguir:

“Os que estão chegando foram criados com uma outra religião e representam uma cultural radicalmente diferente. A maioria deles não é cristã, mas muçulmana. Esta é uma questão importante, porque a Europa e a identidade européia possuem raízes no cristianismo. Não é de se preocupar que o cristianismo europeu mal consiga manter a Europa cristã? Não há alternativa, e não temos opção a não ser defender nossas fronteiras” (2015, apud ORBAN, 2015, tradução nossa).

Mas não são só acontecimentos recentes que são influenciados pelas imagens. Em 1985, a fotografia de Sharbat Gula, na época com apenas 12 anos, se tornou uma representação simbólica dos refugiados afegãos, ficando conhecida mundialmente como “a menina dos olhos verdes”. Sua foto (figura 10) alcançou amplo reconhecimento quando foi capa de uma edição da revista *National Geographic*, em que falava sobre os afegãos que cruzavam a fronteira com o Paquistão para fugir de uma guerra iniciada em 1979 (AZAMI, 2017). A garota foi fotografada em um campo de refugiados no Paquistão e tornou-se um símbolo dos refugiados na época, sendo sua foto nomeada como a fotografia mais reconhecida na história da revista (LOPES, 2011).

Figura 10 – Capa da revista *National Geographic*.

Fonte: National Geographic

As imagens, por conseguinte, são usadas como ferramentas estatais ou como motivações da sociedade por políticas eficazes. Assim, observa-se como as imagens podem ser usadas como vários tipos de mobilizações e ferramentas. A recepção das imagens na sociedade tem um caráter importante para sua participação nas políticas governamentais, considerando que sua reação pode demonstrar o caráter de urgência de determinadas situações e eventos políticos mundiais. Relacionando as manifestações estéticas, as diversas situações encontradas em vários países e os sentimentos que elas produzem na sociedade, Zembylas afirma que

O conceito de medo demonstra como a cultura popular e a mídia tem sido os elementos que promovem a cultura do medo contemporâneo (Altheide, 2002; Furedi, 2006) e popularizaram atitudes hostis em relação à imigrantes, refugiados e requerentes de asilo. A política do medo (Ahmed, 2004) reconhece o importante papel das relações de poder e dos textos/documentos culturais (Garland, 2001) no processo de considerar imigrantes, refugiados e requerentes de asilo como temíveis; esses grupos são assustadores porque são construídos como um perigo para a nossa própria existência (2010, p.32-33, tradução nossa).

Por conseguinte, o sentimento do medo serve para reafirmar a noção de identidade e diferença em relação aos membros de uma sociedade e os “de fora”. As emoções negativas que são criadas na sociedade criam uma divisão e um limite



entre “o que eu sou” e “aquilo que eu não sou”. Fica claro que o medo e a aversão fazem com os cidadãos de um Estado temam que imigrantes, refugiados ou requerentes de asilo ameacem o bem-estar do seu território nacional ou o caráter da nação.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou explorar como os Estados nacionais conseguem formular suas políticas e manifestar seu poder a partir de elementos estéticos. O poder nacional é o que faz cada Estado demonstrar sua linha de ação e possibilita sua inserção no cenário internacional; e umas das formas pelas quais isso é realizado são pelos discursos políticos criados e disseminados. Tais discursos buscam deixar elucidado qual o posicionamento político de um Estado sobre determinado assunto e possibilita que o mesmo crie e determine certas características para si mesmo.

Além dos discursos, outros elementos da abordagem estética podem ser mobilizados pelos Estados para a exteriorização de suas ações e posicionamentos. Este estudo buscou trazer a estratégia do uso das imagens para demonstrar tais elementos diversos. A parte visual da estética possui uma grande relevância, pois ela permite a construção de informações sobre pessoas e territórios e está atrelada à capacidade de fazer com que os atores tenham reflexões alternativas e possam repensar certos preceitos. Se baseando na estratégia de mobilização de imagens, portanto, os Estados conseguem criar uma identidade nacional, podendo estabelecer o nacional e o estrangeiro, ao mesmo tempo em que criam uma noção de alteridade. As identidades são importantes, pois demonstram o que cada Estado nacional defende e têm interesse, sendo a sua linha de atuação. Além disso, as imagens são meios políticos importantes por causarem impacto na sociedade através das emoções que provocam, fazendo com que as autoridades usem-nas para legitimar certas ações.

Buscando demonstrar como os Estados se utilizam de meios estéticos para a criação de uma determinada ação política (no caso, a formulação de uma identidade e uma noção de alteridade), o estudo se concentra em fazer uma análise da problemática dos refugiados, pois ela possui grande envolvimento simultâneo de vários Estados nacionais e as políticas aplicadas são as mais diversas no cenário internacional. As ações políticas variam conforme os discursos criados e as formas pelas quais os Estados vêem a entrada de refugiados em seu território, dependendo fortemente da sua identidade política internacional. Isso, conseqüentemente, leva à criação de políticas de separação e exclusão de refugiados, criando a imagem do estado nacional e do “outro” não pertencente.

Para relacionar a problemática dos refugiados com a temática estética, apresentam-se reflexões sobre determinadas imagens e discursos específicos que tiveram um impacto na sociedade internacional com sua propagação, ficando claro como se cria a diferenciação do refugiado. As imagens dos refugiados são usadas para exemplificar quem são os nacionais e quem são aqueles de fora que não são aceitos dentro de um determinado território, em sua maioria sendo caracterizados como uma ameaça ao território nacional. As imagens que foram usadas como exemplos, por demonstrarem a tragédia e a gravidade da situação em que os refugiados se encontram com a ajuda da grande divulgação em meios de comunicação social, tiveram grande alcance e geraram comoção.

A análise das imagens também buscou apresentar como a divulgação nas mídias consegue fazer com que a sociedade se posicione e pressione para que haja ações de resposta por parte dos governos nacionais. Dessa forma, a circulação de imagens também pode ser entendida como um fator que gera resposta política e emprego de determinada ação estatal. A forma pela qual as imagens são recebidas na sociedade e as emoções que são suscitadas na sociedade dão ainda uma demonstração a mais de como a imagem pode ser uma ferramenta relacionada à eventos políticos internacionais.

O intuito do trabalho visa complementar as linhas de pensamentos sobre as ações empregadas pelos governos nacionais, indo além de análises mais clássicas e comumente utilizadas. Buscou-se aumentar a noção do uso da estética como fator relevante na política, demonstrando que os diferentes modos de interpretação nas Relações Internacionais são igualmente válidos. A manifestação da abordagem estética possibilita um desafio aos diversos modos de pensamentos e interpretações, o que se mostra relevante para os estudos políticos internacionais, principalmente em um contexto tão complexo e globalizado, em que se faz necessário a existência de diversos pontos de vista para entender e explicar eventos mundiais.

## REFERÊNCIAS

- ABYAD, W. **The Role Of Identity In International Relations**. 2010. Disponível em: <<https://pcdnetwork.org/blogs/the-role-of-identity-in-international-relations/>>. Acesso em: 1 de setembro, 2019.
- ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADOS. **Manual de Procedimentos e Critérios para a Determinação da Condição de Refugiado de acordo com a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 relativos ao Estatuto dos refugiados**. 2011. Disponível em: <[http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/M anual\\_de\\_procedimentos\\_e\\_criterios\\_para\\_a\\_determinacao\\_da\\_condicao\\_de\\_refugiado.pdf](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2013/M anual_de_procedimentos_e_criterios_para_a_determinacao_da_condicao_de_refugiado.pdf)>. Acesso em: 27 de outubro, 2019.
- AHALL, L. **Images, Popular Culture, Aesthetics, Emotions – The Future of International Politics?** Political Perspectives Graduate Journal, v.3, 2008
- AZAMI, D. **O que a vida trágica da „menina de olhos verdes“ de capa de revista revela sobre o Afeganistão e o Paquistão**. BBC, 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38664407>>. Acesso em 17 de novembro, 2019.
- BBC. **Que a imagem sirva para evitar novas mortes, diz fotógrafa que clicou pai e filha afogados em fronteira**. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48780911>>. Acesso em 13 de novembro, 2019.
- BLEIKER, R. **Aesthetics and World Politics**. Palgrave Macmillan, 2009.
- BLEIKER, R. **The Aesthetic Turn in International Political Theory**. Millennium – Journal of International Studies, v.30, n.3, p.509-533, 2001.
- BLEIKER, R.; HUTCHISON, E. **Emotional Reconciliation Reconstituting Identity and Community After Trauma**. European Journal of Social Theory, v.11, n.3. SAGE Publications, 2008(a).
- BLEIKER, R; HUTCHISON, E. **Fear No More: Emotions and World Politics**. Review of International Studies. British International Studies Association, p.115-135, 2008(b).
- BUTLER, J; SPIVAK, G. C. **Quem canta o Estado-nação? Língua, política, pertencimento**. Universidade de Brasília, 2018.
- CAMPBELL, D. **Geopolitics and visibility: Sighting the Darfur conflict**. Political Geography 26. Elsevier, p.357-382, 2007.
- CAMPBELL, D. **Writing security: United States foreign policy and the politics of identity**. University of Minnesota Press, 1992.

CARAPETO, A. M. Q. **Refugiados, fronteiras e imagem: contributos a partir da etnografia visual**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2017.

CHIMNI, B. S. **The geopolitics of Refugee Studies: A View from the South**. Journal of Refugee Studies, Oxford University Press, v.11, n.4, 1998

CONNOLLY, W. E. Identity and Difference in Global Politics In DER DERIAN, J; SHAPIRO, M. J. **International/ Intertextual Relations Post modern Readings of World Politics**. Lexington Books, 1989.

DEUTSCHE WELLE. **Número de refugiados e migrantes da Venezuela chega a 4 milhões**. Agência Brasil, 2019. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-06/numero-de-refugiados-e-migrantes-da-venezuela-chega-4-milhoes>>. Acesso em 10 de novembro, 2019.

ESTRE, F. B. **Soberania e Diferença nas Nações Unidas**. In: 3º Encontro Nacional da associação Brasileira de Relações Internacionais, 2011, São Paulo.

FEARON, J. D. **What is Identity (as we now use the word)?** Department of Political Science, Stanford University, 1999.

FELIPE, L. **Imagens de crianças imigrantes separadas dos pais à força chocam os EUA**. Agência Brasil, 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-06/imagens-de-criancas-separadas-dos-pais-chocam-os-eua> >. Acesso em 18 de novembro, 2019.

FERREIRA, L. C. M. **A ilusão do imigrante: relações internacionais, identidade e cultura**. Fronteira, Belo Horizonte, v.1, n.2, p.79-104, 2002.

HOPF, T. **The Promise of Constructivism in International Relations Theory**. International Security, v.23, n.1, p.171-200, 1998.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

JESUS, D. S. V de; TÉLLEZ, C. A. **Concerto para nenhuma voz? Arte e estética no estudo das Relações Internacionais**. Revista Eletrônica EXAMÁPAKU, v.07, n.3, 2014.

KUAH, A. **Sovereignty and The Politics of Identity In International Relations**. Institute of Defence and Strategic Studies Singapore, n.48, 2003.

LOPES, R. **Sharbat Gula, a história por trás da fotografia de Steven McCurry, da National Geographic**. Fotografia Cotidiana, 2011. Disponível em: <<https://fotografiacotidiana.com.br/sharbat-gula-a-historia-por-tras-da-fotografia-de-steven-mccurry-da-national-geographic/> >. Acesso em: 17 de novembro, 2019.

MARS, A. **Mais de 900 crianças migrantes foram separadas dos seus pais nos EUA no último ano**. El País, 2019. Disponível em:

<[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/31/internacional/1564527127\\_506106.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/31/internacional/1564527127_506106.html)>. Acesso em 17 de novembro, 2019.

MENEZES, C. C. F. **Identidade Nacional e Poder nas Relações Internacionais: Uma breve trajetória da construção da política de diplomacia cultural brasileira.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, 2011.

MENDONÇA, H. O **“monstro da xenofobia” ronda a porta de entrada de venezuelanos no Brasil.** El País, 2018. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908\\_846691.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/17/politica/1534459908_846691.html)>. Acesso em 10 de novembro, 2019.

MITCHELL, W. J. T. **Showing seeing: a critique of visual culture.** Journal of Visual Culture, v.1 n.2, p.165-181. SAGE Publications, 2002.

MORAIS, R. J. O **Refúgio no Sistema Internacional: Uma análise da experiência do “novo” refugiado nas Relações Internacionais.** In: 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Belo Horizonte, 2017.

MOULIN, C. **A política internacional da mobilidade: governamentalidade global e a produção da diferença no discurso disciplinar contemporâneo.** In Oliveira, S. Migrações e a Pan-Amazônia. Manaus: Editora UFAM, 2012.

MOULIN, C. Resenha **International Relations and the Problem of Difference.** Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v.26, n.2, p.445-458, 2004.

NEUMANN, I. B. Deep Structure, Free-Floating Signifier, or Something in Between? Europe’s Alterity in Putin’s Russia. In GOFF, P. M.; DUNN, K. C (Edit). **Identity and Global Politics – Empirical and theoretical elaborations.** Palgrave Macmillan, 2004.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates.** Editora Campus, 2005.

O’HAGAN, J. “The Power and the passion”: Civilizational Identity and Alterity in the Wake of September 11 In GOFF, P. M.; DUNN, K. C (Edit). **Identity and Global Politics – Empirical and theoretical elaborations.** Palgrave Macmillan, 2004.

SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente.** Companhia das Letras, São Paulo, 1978.

SCORECE, C. **Ao culpar venezuelanos, autoridades estimulam xenofobia, diz pesquisador.** Carta Capital, 2018. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/ao-culpar-venezuelanos-autoridades-estimulam-xenofobia-diz-pesquisador/>>. Acesso em: 19 de novembro, 2019.

TRAYNOR, I. **Migration crisis: Hungary PM says Europe in grip of madness.** The Guardian, 2015. Disponível em: <

<https://www.theguardian.com/world/2015/sep/03/migration-crisis-hungary-pm-victor-orban-europe-response-madness> >. Acesso em 19 de novembro, 2019.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. Editora WMF Martins Fontes, 4. ed., 2010.

VERNE. **O menino sírio Omran, quase um ano depois do bombardeio de Aleppo**. El País, 2017. Disponível em: <  
[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/06/internacional/1496765286\\_683332.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/06/internacional/1496765286_683332.html) >. Acesso em 17 de novembro, 2019.

WALKER, R. B. J. **Inside/ outside: Relações Internacionais como teoria política**. Editora PUC Rio, 1993.

WENDT, A. **Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics**. International Organization, vol 46, n.2, p.391-425, 1992.

WENDT, A. **Collective Identity Formation and the International State**. The American Political Science Review, v.88, n.2, p.384-396, 1994.

ZEMBYLAS, M. **Agamben's Theory of Biopower and Immigrants/Refugees/Asylum Seekers Discourses of Citizenship and the Implications For Curriculum Theorizing**. Journal of Curriculum Theorizing, v.26, n2, 2010.